



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Ata da 170ª reunião, realizada em 15 de junho de 2016**

1 Em 15 de junho de 2016, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de  
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.  
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente  
5 Germano Luis Gomes Vieira, secretário adjunto de Estado de Meio Ambiente e  
6 Desenvolvimento Sustentável. Representantes do poder público: Juliana Pereira  
7 da Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
8 (Seapa); Lino Ramos do Nascimento, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC);  
9 Wieland Silberschneider, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
10 (Seplag); Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde  
11 (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e  
12 Obras Públicas (Setop); Breno Longobucco, da Secretaria de Estado de  
13 Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); José  
14 Guilherme Ramos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico  
15 (Sede); Danielle Braga Valaci Pontes Ferrari, da Secretaria de Estado de Fazenda  
16 (SEF); Carlos Henrique Sousa da Silva, da Polícia Militar de Minas Gerais  
17 (PMMG); Mauro da Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ);  
18 Marcelo Belisário Campos, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos  
19 Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Sarah Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro, da  
20 Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia  
21 Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação  
22 Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cláudio Bruzzi  
23 Boechat, da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas); Carlos  
24 Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de  
25 Minas Gerais (Faemg); Alberto José Salum, da Federação das Indústrias do  
26 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Wagner Soares Costa, do Conselho da Micro,  
27 Pequena e Média Indústria; Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da  
28 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais  
29 (Fetaemg); Rinaldo César Mancin e João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de  
30 Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado  
31 Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Pegge Sayonara Mendes, da Associação  
32 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Maria Dalce Ricas, da  
33 Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de  
34 Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias  
35 Hidrográficas (Fonasc); Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto  
36 Terra; Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica  
37 de Minas Gerais (Cefet-MG); Fernando Verassani Laureano, da Pontifícia

38 Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Flávio Pimenta de  
39 Figueiredo, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Luiza Maria de  
40 Carvalho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
41 (Crea-MG); Admilson Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);  
42 Tarcísio Walter Gotelipe Reis, da Associação dos Engenheiros de Minas do  
43 Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**  
44 **HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O  
45 presidente Germano Luis Gomes Vieira declarou aberta a 170ª reunião do  
46 Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental. **3) COMUNICADOS DOS**  
47 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Maria Dalce Ricas:  
48 “Inicialmente, eu queria saudar o novo secretário, apesar da ausência, saudar o  
49 novo secretário adjunto, registrar a presença tanto do diretor-geral do IEF, da  
50 presidente do IGAM e do presidente da FEAM. Eu acho isso fundamental nas  
51 reuniões do Plenário. Mas a finalidade pela qual eu pedi a palavra foi fazer algo  
52 que a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (Amda) já fez,  
53 inicialmente, que é externar o nosso integral apoio ao movimento grevista dos  
54 funcionários do Sisema. Nós entendemos e eu acho que nem preciso me alongar  
55 quanto à legitimidade das reivindicações que estão sendo feitas. E só digo o  
56 seguinte: enquanto essa situação não for resolvida, enquanto os funcionários do  
57 Sisema não tiverem salários dignos, equiparados a outras funções que,  
58 infelizmente, ainda o poder público considera prioritária, renegando a área de  
59 meio ambiente, como por exemplo os funcionários da Copasa, da Cemig e de  
60 outras instituições, que ganham muito mais do que os técnicos que exercem papel  
61 tão ou às vezes mais importante do que essas instituições; enquanto isso não  
62 acontecer, enquanto realmente não houver um sistema de gestão eficiente, um  
63 sistema realmente de participação da sociedade, valorização dos servidores e  
64 salários compatíveis com importância da função que eles exercem, a preocupação  
65 do meio ambiente vai continuar sendo discurso de políticos sem qualquer  
66 resultado.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu endosso o que  
67 a Maria Dalce colocou em relação à greve e à necessidade urgente de que o  
68 funcionalismo e o Sistema Estadual de Meio Ambiente realmente funcionem com a  
69 estrutura adequada. E eu quero trazer três demandas. A lista de barragens de  
70 Minas Gerais 2014/2015 ainda está sem a localização das barragens. Nós  
71 solicitamos que esse dado seja acrescentado o mais breve possível. Não há como  
72 o único instrumento que a sociedade tem de saber sobre as barragens de rejeitos,  
73 que só é divulgado uma vez por ano, não ter um dado essencial que é onde elas  
74 estão. Quando da divulgação pela SEMAD do Decreto 46.933, de 3 de maio 2016,  
75 que tratou do resultado da força-tarefa das barragens, foi mencionado, em um  
76 informe da própria SEMAD, que só seis se enquadraram no Artigo 8º, aquele  
77 artigo que coloca que processos de licenciamentos já formalizados prosseguissem  
78 da forma anterior. Então nós estamos solicitamos a informação de quais são  
79 essas seis barragens a montante já formalizadas e que se enquadraram no Artigo  
80 8º. Considerando as Deliberações Normativas 850 a 858, de 6 de abril de 2016,

81 elas não passaram na Câmara Normativa e Recursal, estão publicadas e  
82 apresentam situações que nós consideramos graves no âmbito da composição de  
83 algumas dessas Câmaras Temáticas, especializadas, que irão decidir, a partir do  
84 momento em que estiverem funcionando, todos os licenciamentos de classes, se  
85 não me engano, 5 e 6, e não mais as URCs. Então nós estamos solicitando que  
86 esse assunto seja pautado na próxima reunião deste Plenário, para discussão,  
87 porque tem a ver com política ambiental, gestão e o futuro dessa questão  
88 ambiental no nosso Estado.” Conselheira Luiza Maria de Carvalho: “Nos dias 23 e  
89 24 de maio passado, o Crea realizou o seminário ‘Mudanças climáticas e regimes  
90 ambientais internacionais’. Na conferência de abertura, o tema foi,  
91 especificamente, ‘os objetivos do desenvolvimento sustentável e a participação da  
92 sociedade civil’. Nesse dia, também foi assinado um termo de compromisso dos  
93 profissionais do Sistema Crea com relação aos objetivos de desenvolvimento  
94 sustentável. Eu gostaria de ler aqui essa declaração: ‘Nós, profissionais do Crea-  
95 MG, identificando a importância do desenvolvimento sustentável e a relevância do  
96 trabalho técnico na melhoria da qualidade de vida, manifestamos, através desta  
97 declaração, o compromisso de trabalhar seguindo as metas e os Objetivos de  
98 Desenvolvimento Sustentável (ODS), de acordo com a Agenda 2030 para o  
99 Desenvolvimento Sustentável, da ONU. As metas e compromissos derivados  
100 dessa declaração levarão em consideração a capacidade de execução, no âmbito  
101 da governança, das entidades envolvidas, ouvidas as suas instâncias internas. Os  
102 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável serão objeto de um conjunto de ações  
103 institucionais, metas e propostas que visam contribuir para o atendimento da  
104 Agenda 2030. Belo Horizonte, 23 de maio de 2016. Conselho Regional de  
105 Engenharia e Agronomia, Jobson Nogueira de Andrade, presidente.” Eu gostaria  
106 de passar para a Secretaria Executiva essa declaração e solicitar que desse  
107 publicidade aos conselheiros.” Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Em  
108 nome das entidades da sociedade civil, que é independente, justa e democrática,  
109 eu quero externar o nosso apoio incondicional ao movimento dos funcionários e  
110 das funcionárias do Sistema Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas  
111 Gerais. Os funcionários do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais  
112 ganham, relativamente, a metade do que ganham os funcionários técnicos da  
113 Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, da qual eu fui  
114 secretário durante um bom tempo. Os funcionários do Sistema Estadual de Meio  
115 Ambiente do Estado de Minas Gerais ganham um terço do que ganham os  
116 analistas ambiental da União, do Ibama, por exemplo, o Instituto Brasileiro do  
117 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Nós estamos fazendo aqui  
118 um pronunciamento respeitoso, mas procurando ser justos e firmes na nossa  
119 colocação. Confirmam os salários do sistema municipal. Repito: o funcionário da  
120 prefeitura ganha duas vezes mais do que ganha o funcionário do Estado na área  
121 de meio ambiente, e o funcionário da União ganha três vezes mais do que ganha  
122 o funcionário de meio ambiente do Estado de Minas Gerais. Algum ente federativo  
123 está tratando equivocadamente seus funcionários do sistema de meio ambiente.

124 Esse ente federativo se chama Estado de Minas Gerais. Espero que essa injustiça  
125 seja corrigida. É a palavra da sociedade civil.” Conselheiro Eduardo Antônio  
126 Arantes do Nascimento: “Eu vou me esforçar para evitar repetição, porque o  
127 governador tem ciência de que o COPAM já aprovou uma moção, em apoio ao  
128 movimento, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às URCs, inclusive, de  
129 forma unânime. E na audiência pública na Assembleia Legislativa também ficou  
130 demonstrada essa questão. Me preocupa porque está demorando uma solução.  
131 Eu acho que era preciso haver um empenho maior em se resolver essa questão.  
132 Por exemplo, quando se reivindica o envio do projeto do plano de carreira para a  
133 Assembleia, isso pode ser feito independente desse argumento que está sendo  
134 usado para várias coisas, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então eu divido  
135 a minha intervenção em duas partes. Uma opinião aos servidores: se querem  
136 pressionar o governo mais do que estão conseguindo, parem de instruir processo  
137 de licenciamento ambiental de mineração. Aí, o governo vai negociar. Tem que ir  
138 ao que pode incomodar, ao que pode pressionar. E a segunda parte é o seguinte:  
139 eu queria pedir ao secretário que está presidindo que esclarecesse qual é o  
140 horizonte da negociação. Eu acho que essa incerteza não interessa a ninguém, e  
141 nós conselheiros e representantes de entidades também temos direito, como os  
142 empreendedores, os agricultores, os funcionários, a pelo menos o  
143 estabelecimento de um horizonte ficando claro que negociação é uma coisa,  
144 grupo de trabalho é outra coisa, e que não tem nada uma coisa a ver com a outra.  
145 Mas a negociação, a meu juízo, tem que ter um horizonte, para todo mundo poder  
146 ter uma referência, vamos dizer assim, civilizatória.” Presidente Germano Luis  
147 Gomes Vieira: “Eu acordei com a direção do movimento de nós fazermos uma  
148 abertura para que possam ler as reivindicações no item 6 da pauta. Então, após a  
149 leitura, eu farei os esclarecimentos.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Eu  
150 peço a permissão para fazer um convite a todos os conselheiros presentes. No  
151 próximo dia 24 de junho, às 9h, depois do sucesso obtido no Expominas no  
152 Congresso Mineiro de Municípios, estaremos em parceria com o Instituto  
153 Horizontes e com a Agência Metropolitana de Belo Horizonte, realizando um  
154 evento em que será apresentado, a dez prefeitos de municípios do entorno de  
155 Belo Horizonte, o Programa Estratégico do Vetor Oeste. Nós convidamos os  
156 representantes do Conselho para que estejam presentes.” Conselheiro Carlos  
157 Alberto Santos Oliveira: “Como nós já manifestamos na reunião do Conselho  
158 Estadual de Recursos Hídricos, na CNR, e nas URCs Velhas e Paraopeba,  
159 hipotecar o nosso apoio irrestrito ao movimento grevista dos funcionários do  
160 Sisema e desejar a eles boa sorte. Eu gostaria de dizer que, dentro do programa  
161 Nosso Ambiente, da Federação da Agricultura de Minas Gerais, sobre o qual eu  
162 tenho, repetidas vezes, trazido informações, nós estamos realizando, amanhã e  
163 depois, o 3º Seminário Ambiental, que trata do tema ‘Resíduos, fertilização e  
164 bioenergia - As boas práticas no meio rural’. No ano passado, nós fizemos o 2º  
165 Seminário Ambiental tratando de manejo de solo e água e levamos ao local do  
166 evento profissionais das várias academias e conversamos, durante dois dias,

167 sobre o tema solo e água, a respeito da questão hídrica, que naquela época  
168 estava uma grande preocupação. Esse 2º Seminário, de manejo de solo e água,  
169 resultou em um livro, que está à disposição na Faemg e é extremamente  
170 importante para quem se preocupa com essa questão ambiental. E dizer que  
171 alguns de vocês ou muitos de vocês já devem estar vendo pela TV a nossa  
172 propaganda, por assim dizer, da atuação do setor agropecuário em Minas Gerais  
173 no que diz respeito a produção de alimentos e fibras e também a preservação  
174 ambiental.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Em nome da Secretaria, eu  
175 parabeno pela organização do evento.” Conselheiro Wagner Soares Costa:  
176 “Hoje, eu estou aqui pelo Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria. Nós  
177 estamos hoje com a Semana de Produção e Consumo Sustentável. A Fátima  
178 esteve lá conosco pela manhã, e amanhã nós vamos dar continuidade discutindo  
179 resíduos sólidos e mudanças climáticas. Então está aberto o convite a todos. O  
180 outro assunto é o apoio à reivindicação dos funcionários. Hoje, o doutor Olavo,  
181 nosso presidente, teve uma audiência com o secretário Jairo, e, se tudo correu  
182 bem, ele teve uma audiência com o governador às 13h. As reivindicações e as  
183 colocações que o doutor Jairo colocou para ele na conversa foram levadas ao  
184 governador. A reivindicação é justa, e a greve prejudica a todos.” Conselheiro  
185 Claudio Bruzzi Boechat: “Eu estou representando aqui a Associação Comercial de  
186 Minas. E como organização que representa o mundo empresarial nós gostaríamos  
187 também de nos manifestar a respeito da greve e do concorrente processo de  
188 demora e pouca eficiência do sistema, no que diz respeito aos processos de  
189 licenciamento. Estamos percebendo, pelo interior, uma série de situações que  
190 estão emperrando a atividade empresarial, com evidentes consequências para a  
191 economia do Estado. Eu não gostaria de ficar repetitivo, mas devo,  
192 obrigatoriamente, me apresentar como representante da Associação Comercial e  
193 reforçar esse posicionamento.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Eu  
194 agradeço e acho que há muito tempo não temos aqui um assunto que passa pelo  
195 Plenário, e todo o Plenário, independentemente dos setores, vê com bons olhos e  
196 sabe da responsabilidade que nós temos de uma discussão, um acordo realmente  
197 sadio, proveitoso, para a carreira dos servidores de meio ambiente. Porque nós  
198 vemos que o licenciamento não anda, que o licenciamento está travado, a  
199 estrutura está complexa, mas nós temos que lembrar que eles que estão sentados  
200 são parte da solução. Eles são parte decisiva da solução.” Conselheiro Rinaldo  
201 César Mancin: “Eu estava lendo a ata da reunião anterior, e tem uma fala minha  
202 justamente sobre a necessidade do fortalecimento do sistema, que tinha a ver  
203 com a nova modelagem do licenciamento ambiental. Da mesma forma que o  
204 conselheiro Wagner, também hipotecamos o nosso apoio em relação à  
205 necessidade de fortalecimento do sistema, o que passa, logicamente, por  
206 melhores salários e melhores condições de trabalho, novas ferramentas de  
207 trabalho, informatização completa da análise ambiental. Sem bons técnicos e  
208 técnicos bem remunerados, realmente fica difícil. O conselheiro Eduardo  
209 demonstrou um carinho muito grande pelo setor mineral colocando a mineração

210 como carro-chefe da economia de Minas. Mas, conselheiro Eduardo, não está do  
211 jeito que você está pensando, a situação está difícil. Minas é um Estado  
212 extremamente diversificado na economia. Lógico, a mineração desempenha papel  
213 estratégico nesta sociedade, mas o impacto da greve é para todos os setores da  
214 economia, todo mundo é afetado. Licenciamento ambiental é uma ferramenta  
215 cada vez mais difundida. E, lógico, quanto mais rápido conseguirmos ter apoio  
216 uma solução para a greve, a sociedade ganha, o meio ambiente ganha.”

217 **Manifestações de apoio ao movimento dos servidores ambientais e**  
218 **aprovação de moção ao governador Fernando Pimentel.** Regina Márcia

219 Pimenta Assunção, servidora do IGAM: “Eu peço aos senhores um momento de  
220 apoio e reflexão ao nosso manifesto, porque eu acredito que pode haver um  
221 desenvolvimento econômico, um crescimento econômico de forma sustentável e  
222 com sabedoria. Nós recebemos diariamente cientistas, pesquisadores, analistas  
223 de vários lugares do mundo, americanos, espanhóis, australianos. Eles vêm para  
224 trocarmos experiências sobre a nossa forma de monitoramento. E eles ficam  
225 maravilhados com a riqueza dos nossos recursos naturais. Mas eles também  
226 ficam perplexos com o valor que nós damos a eles. Eu acho, e sempre digo isso,  
227 que nós temos que deixar a visão imediatista e pensar, a longo prazo, nas  
228 consequências e no impacto ambiental de nossas ações. E o servidor ambiental  
229 tem essa missão. A nossa missão é fiscalizar, avaliar, levantar o impacto  
230 ambiental no nosso Estado. E nós precisamos ser ouvidos, valorizados. A nossa  
231 ação é essencial para o crescimento do Estado de Minas Gerais. E eu peço aos  
232 senhores um instante para ouvir a leitura do nosso manifesto pela Alessandra  
233 Jardim, da FEAM. São poucas palavras, mas é muito importante o consenso dos  
234 senhores conselheiros.” Alessandra Jardim, servidora da Fundação Estadual do  
235 Meio Ambiente (FEAM): “Eu sou representante dos servidores de meio ambiente  
236 da Fundação Estadual do Meio Ambiente da Cidade Administrativa.  
237 Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a todos presentes, em especial, esse  
238 digníssimo Conselho, e agradecer esta oportunidade de expor os nossos pleitos.  
239 Inicialmente, nós gostaríamos de deixar bem claro que o nosso movimento não vai  
240 contra o governo ou contra a sociedade civil e muito menos contra os  
241 empreendedores ou seus representantes. Apenas estamos reivindicando pleitos  
242 legítimos que, inclusive, foram reconhecidos em audiência pública na Assembleia  
243 Legislativa. Então, senhores, após a leitura do nosso manifesto, eu solicitaria a  
244 todos aqui presentes o apoio à aprovação dessa moção a ser encaminhada ao  
245 nosso governador. O primeiro pleito diz respeito ao nosso plano de carreira e à  
246 alteração dos critérios de promoção e de progressão. ‘Cientes das dificuldades,  
247 nós nos propusemos, ainda em 2015, a estudar com o governo formas de  
248 implementar o nosso plano de carreira, minimizando os impactos face a crise  
249 econômica. Em nossa proposta, consideramos, inclusive, alterações que o  
250 governo já vem promovendo em outras carreiras do Estado, como a redução de  
251 oito para cinco anos do tempo que os servidores levam para fazer jus à sua  
252 primeira promoção na carreira. Nossa proposta racionaliza, simplifica a carreira,

253 com a incorporação de gratificações existentes, proporcionando impacto menor no  
254 orçamento geral no Estado. Outra medida que tem gerado desgaste é a  
255 necessidade de os servidores recorrerem ao Judiciário para terem reconhecidos o  
256 direito a promoção e a progressão em função de obtenção de titularidade  
257 adicional. Assim, como temos reconhecida a titularidade adicional quando do  
258 ingresso da carreira. Trata-se de alteração que, uma vez efetivada, irá valorizar o  
259 esforço dos profissionais que buscam o seu aperfeiçoamento profissional  
260 qualificando o seu trabalho no Sisema. O nosso segundo pleito refere-se à  
261 retirada dos 50% restantes do fato redutor. Em acordo firmado com o governo em  
262 março de 2015, ficou acertada a correção da fórmula de cálculo da Gratificação de  
263 Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional, a Gedama,  
264 em 50%, ficando a correção dos 50% restantes para 2016, havendo recursos, ou  
265 até o final do governo. É importante frisar que esse acordo não visou proporcionar  
266 ganhos ou valorização dos servidores, mas, sim, uma correção de uma  
267 ilegalidade, pois a fórmula de cálculo anterior reduzia a gratificação à medida que  
268 os servidores evoluíam na carreira. Ocorre que neste ano recebemos, com grande  
269 preocupação, a notícia sobre proposta de acordo visando ao refinanciamento das  
270 dívidas estaduais com o governo federal, o PLP 257/2016, em votação no  
271 Congresso Nacional. Esse PLP prevê a suspensão, por dois anos, de toda  
272 negociação salarial, alteração de planos de carreira, retirada de vantagens  
273 pessoais etc. Se aprovado e assinado, o cumprimento do acordo celebrado em  
274 março de 2015 restará inviabilizado, pois o fim do período de dois anos previsto  
275 no acordo coincidirá com o período eleitoral de 2018, o que suspenderia todas as  
276 negociações salariais em curso. Em resumo, com esse projeto de lei, o governo  
277 não poderá cumprir o acordado. Atraso e parcelamento dos salários. Junta-se a  
278 esse cenário negativo a dificuldade do governo em pagar em dia os vencimentos  
279 dos servidores impondo a esses a necessidade de se adequarem sem que a  
280 realidade do seu entorno também mude: contas a pagar, multas por atraso etc. Há  
281 também a suspensão do pagamento de direitos já adquiridos, há meses, gerando  
282 um grande passivo, que não sabemos quando será pago. Há o caos estrutural e  
283 administrativo vivenciado há anos pelo Sisema, a principal batalha a ser  
284 enfrentada. Mas, por caos administrativo, entendemos também as condições de  
285 trabalho, a desvalorização da carreira dos servidores de meio ambiente, assim  
286 como a falta de investimento nas suas áreas afins. Em matéria publicada no jornal  
287 'O Tempo, 'Licenciamento ambiental já acumula quatro anos de atraso', de 17 de  
288 março de 2016, o subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da SEMAD  
289 reconheceu a necessidade de aumentar e requalificar os nossos quadros,  
290 afirmando ainda que a Secretaria já estuda convocar mais aprovados do concurso  
291 de 2013 para dar vazão às análises de processos, que se avolumam. Reconhece  
292 assim a insuficiência do quadro atual de servidores. Ocorre que a reestruturação  
293 pretendida, até o presente momento, se restringe apenas a um dos pilares do  
294 problema, as estruturas. Sem que as questões de pessoal, de recursos humanos,  
295 sejam resolvidos, de forma integrada e coordenada, não haverá chances de o

296 Estado de Minas Gerais enfrentar a presente crise e quaisquer outras que venham  
297 a ocorrer na área ambiental. Outro ponto importante é a questão dos  
298 investimentos no Sisema. É preciso investir no Sisema, que hoje executa menos  
299 de 0,5% do orçamento geral executado pelo governo do estado, a despeito de sua  
300 arrecadação. Entretanto, esses recursos foram desviados ao longo dos últimos  
301 anos; casos da Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários (TFRM), da  
302 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cefem) e a  
303 compensação ambiental devida por empreendimentos com significativo impacto.  
304 Para que possamos exercer nossas atividades com a efetividade que a sociedade  
305 exige, fazem-se necessários mais investimentos em nossa infraestrutura e  
306 condições de trabalho, em capacitação e valorização dos servidores. E, por fim,  
307 fuga de profissionais. Há de se destacar a necessidade urgente de se estancar a  
308 fuga de profissionais da carreira de meio ambiente, fato esse reconhecido pelo  
309 próprio governo quando da conclusão dos trabalhos da força-tarefa do Sisema, ao  
310 reconhecer que a carreira e a tabela salarial hoje vigentes são, na verdade, um  
311 desestímulo para que os profissionais entrem e mesmo continuem no Sisema.  
312 Curiosamente, o próprio governo abriu em 2015 concurso para preenchimento de  
313 vaga para analista ambiental na Codemig, com salário inicial superior a R\$ 7.500,  
314 contra R\$ 2.900 de vencimento básico dos profissionais de meio ambiente, para o  
315 mesmo nível de graduação. Muitos servidores, desanimados com as perspectivas  
316 de nossa carreira, não suportam esperar os oito anos para terem a sua primeira  
317 promoção. Treinados e capacitados no próprio Sisema, acabam optando por sair  
318 em busca de melhores condições de trabalho e salário. Os recursos existem,  
319 bastando que não sejam apropriados para outras finalidades que não aquelas  
320 para as quais foram citados.’ Em virtude de tudo isso que foi exposto agora,  
321 esclarecendo a todos aqui presentes os nosso pleitos, que, como eu disse  
322 anteriormente, foram, inclusive, reconhecidos em audiência pública, pelo Conselho  
323 Estadual de Recursos Hídricos, por diversas câmaras estaduais, inclusive, pelo  
324 próprio COPAM do Sul de Minas, que se levantou e se recusou a pautar quaisquer  
325 processos enquanto a greve se estendesse, eu peço a todos aqui presentes o  
326 apoio através da aprovação dessa moção a ser encaminhada ao governador, que  
327 eu irei ler no presente momento. ‘Moção 1/2016. Os conselheiros do Conselho  
328 Estadual de Política Ambiental (COPAM), em 170ª reunião, ordinária, realizada em  
329 15/6/2016, às 14h, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais, com fulcro no  
330 Artigo 17 do Decreto 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e Artigo 5º, inciso IV, da  
331 Deliberação Normativa COPAM 177, de 22 de agosto de 2012, considerando as  
332 constatações da força-tarefa criada por meio do Decreto Estadual 46.733, de 30  
333 de março de 2015, acerca da necessidade de reestruturar o Sisema; considerando  
334 a necessidade de fornecer instrumentos adequados à estrutura física e de pessoal  
335 do Sisema; considerando a necessidade de valorizar os servidores de Meio  
336 Ambiente, que exercem carreira típica de Estado, com forte impacto para o  
337 desenvolvimento econômico e sustentável de Minas Gerais; considerando a  
338 necessidade de aumentar os investimentos e a destinação orçamentária geral do



339 Estado de Minas Gerais ao Sisema, para o qual é destinado, atualmente, menos  
340 0,5% do orçamento; considerando que os servidores da carreira do Meio Ambiente  
341 encontram-se em greve desde 20 de maio de 2016; considerando que o servidor  
342 de política ambiental exerce função de Estado; resolve: Artigo 1º Aprovar moção,  
343 dirigida ao governador do Estado de Minas Gerais, para que encaminhe, em  
344 regime de urgência, projeto de lei versando sobre o Plano de Carreira dos  
345 Servidores do Meio Ambiente, já encaminhado à Seplag, para aprovação na  
346 Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Na oportunidade, estejam agilizados o  
347 reconhecimento e a valorização dos servidores estaduais do Meio Ambiente,  
348 atendendo inicialmente as propostas e reivindicações dos servidores: I redução de  
349 oito para cinco anos no tempo da primeira promoção da carreira dos servidores do  
350 Sisema. II reconhecimento da titularidade adicional quando do ingresso na  
351 carreira. III correção da fórmula de cálculo da Gedama, Gratificação de  
352 Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional, conforme  
353 reivindicação dos servidores. IV compatibilização do Plano de Carreira e  
354 Vencimentos com a relevância estratégica do Sisema para o desenvolvimento  
355 sustentável de Minas Gerais. V Qualificação e modernização da infraestrutura do  
356 Sisema para reduzir a burocracia, agilizar e aprimorar os objetivos de proteger e  
357 promover o meio ambiente e os recursos hídricos de Minas Gerais. Artigo 2º. A  
358 moção será dirigida, em cópia, aos secretários de Estado de Planejamento e  
359 Gestão e da Fazenda. Belo Horizonte, 15 de junho de 2016. Jairo José Isaac,  
360 secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e  
361 presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM).’ Obrigada a  
362 todos pela atenção.” Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do  
363 IGAM: “Antes de colocar a moção em votação, eu gostaria de abrir a palavra aos  
364 senhores conselheiros.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Não há muito o que  
365 dizer. Eu acho que o pronunciamento deixou muito claro no que se refere à  
366 legitimidade das solicitações.” Conselheiro Wieland Silberschneider: “Antes até de  
367 abordar os temas aqui trazidos pelos trabalhadores do Sisema, eu acho que há  
368 uma reflexão a ser feita aqui. O tema em questão é de natureza estritamente  
369 sindical. Me vem a questão se cabe a este Conselho ter manifestação e apoio  
370 sobre temas de natureza sindical. Uma coisa é colocar o problema dos  
371 trabalhadores e a gestão e administração do sistema. Questões relativas a  
372 administração do sistema me parece que aqui é o espaço para se discutir. Senão  
373 nós vamos transformar isso aqui numa mesa de negociação sindical, porque o  
374 secretário que assinará a moção, caso seja aprovado, é também quem está à  
375 frente da negociação. Não faz sentido nenhum a aprovação de uma moção com  
376 esse conteúdo aqui. O que não quer dizer que nós não estejamos aqui para  
377 debater. Eu não sei se aqui exatamente. O governo tem feito negociações  
378 constantes com o movimento. As informações passadas aqui não guardam  
379 correlação com a realidade legal. É impossível, legalmente, sob a  
380 responsabilidade fiscal, qualquer ato do governador aumentando despesa de  
381 pessoal. Isso é crime de responsabilidade, e o governador será preso se ele assim

382 o fizer. O movimento recusa a entender essa dimensão. É impossível mandar um  
383 projeto de lei, porque o governador tem que atestar se terá ou não impacto  
384 orçamentário. E, certamente, terá, novamente incorrendo em crime de  
385 responsabilidade. Entretanto, em nenhum momento, tanto a Secretaria de Meio  
386 Ambiente, que aqui temos o doutor Germano representando, quanto a Secretaria  
387 de Planejamento não têm se furtado a constituir um grupo de trabalho para  
388 avançar nas discussões. O problema do não pagamento da parcela da efetivação  
389 dos efeitos do redutor da Gedama é de natureza, exclusivamente, legal. O  
390 governo assumiu um compromisso, está assinado desde o ano passado. Repito:  
391 não é possível o governador exercer qualquer ato, porque estamos acima do  
392 índice prudencial da responsabilidade fiscal, Lei Complementar 101. É a única  
393 coisa que dá, realmente, prisão no momento seguinte do ato pela autoridade  
394 ordenadora de despesa. Então não há nem nunca houve, em nenhum momento,  
395 ruptura por parte do governo do acordo firmado no ano passado com as  
396 lideranças. Aliás, o governo, no ano passado, pagou compromissos do governo  
397 passado; 57% do impacto dos aumentos que geraram a greve de 2014 foram  
398 pagos por este governo; 100% da correção em 2016 da parcela reivindicada e  
399 aceita pelo governo. Então é preciso que haja o princípio da moderação por parte  
400 do movimento. Se não há condição legal, como o governador, a autoridade do  
401 secretário de Planejamento... Não há condição legal. O Artigo 22 da Lei  
402 Complementar 101. Temos parecer da Advocacia Geral do Estado, parecer do  
403 Supremo Tribunal Federal sobre a concessão de qualquer acréscimo de  
404 pagamento a servidores – não é só do Sisema, é de qualquer servidor do sistema  
405 público –, em caso de ter ultrapassado o índice de responsabilidade.” Presidente  
406 Germano Luis Gomes Vieira: “Secretário, se o senhor me permite uma  
407 ponderação, inclusive, um depoimento de quem acompanha a movimentação dos  
408 servidores desde o início... Quer dizer, antes de estar no cargo, desde a época em  
409 que eu estava como chefe de gabinete. Há uma luz no fim do túnel. O governo,  
410 através da Secretaria de Meio Ambiente, sempre enxergou que a melhoria da  
411 estrutura da SEMAD não é uma questão física só, mas uma questão também  
412 humana. É inadmissível que nós percamos, por exemplo, servidores a todo  
413 momento porque a iniciativa privada, obviamente, clama por pessoas que estão  
414 aqui capacitadas, que são capacitadas pelo próprio sistema e que não gozam de  
415 uma remuneração satisfatória ou compatível com as responsabilidades que têm,  
416 compatível com o mercado ou compatível, inclusive, com outros entes da  
417 federação que exercem competências semelhantes. Isso tudo nós  
418 compreendemos. Quero dizer que nós também sentimos na pele, nós que também  
419 somos servidores. A questão que o Estado de Minas Gerais vive é uma questão  
420 muito grave, é gravíssima a situação do Estado de Minas Gerais. Nós vimos  
421 discutindo com a Seplag, desde o início do movimento e nas primeiras reuniões...  
422 Na primeira mesa de negociação, inclusive, a Fátima estava como interina da  
423 SEMAD e esteve presente, com o Adriano Tostes, e a Seplag apresentou o grupo  
424 de trabalho. Em nenhum momento, vocês impuseram nenhum plano de carreira

425 para o Estado. Estou errado? Vocês disseram que queriam discutir o plano de  
426 carreira com a Seplag. E isso a Seplag quer fazer. Então aí nós temos um ponto  
427 de concordância. Vocês querem apresentar um plano de carreira para ser  
428 aprovado, e a Seplag está disposta a discutir e aprovar um plano de carreira para  
429 vocês. Depois disso, nós começamos a discutir a questão da Gedama, em que  
430 pesam duas teses: sobre a questão de correção de uma ilegalidade e sob o ponto  
431 de vista de que mesmo assim haveria um impacto financeiro para o Estado e que  
432 isso não poderia ser concedido neste momento. O que eu acho que seria um  
433 denominador comum? É necessário algum tipo de sinalização do governo, um  
434 compromisso, seja instrumento legal ou ofício, acordo, em que se comprometa,  
435 uma vez superadas as barreiras legais impostas pela Lei de Responsabilidade  
436 Fiscal, a encaminhar o pleito de vocês à Assembleia, o Plano de Carreira, que vai  
437 discutido e aprovado, e a questão da revisão da fórmula no decreto. Hoje de  
438 manhã, estivemos presentes com o secretário de governo. Nós fizemos reuniões  
439 nas comissões de Meio Ambiente e de Participação Popular na Assembleia,  
440 depois disso tivemos uma nova rodada de negociações, na parte da tarde, na  
441 Assembleia, e tiramos outra proposta, que foi levada à Seplag. Ainda hoje de  
442 manhã, os deputados solicitaram uma audiência com o secretário de governo,  
443 Odair, e novamente convidaram a SEMAD, interveniente no processo. Estivemos  
444 lá, com os representantes Anisinho, Adriano Tostes e Lili, da Supram Central, que  
445 levaram novamente o pleito, e o secretário de governo se comprometeu de, até  
446 amanhã, novamente conversar com os secretários afetos à matéria, como do  
447 Planejamento e da Fazenda, para que se pudesse fazer outra proposta a vocês,  
448 dentro dessa sinalização de conceber ou sinalizar um compromisso do que pode  
449 ser feito e quando pode ser feito, ou seja, uma evolução da pactuação que foi  
450 celebrada com a carreira no ano passado. Com esses esclarecimentos, eu peço a  
451 compreensão de vocês. Amanhã, nós estaremos de novo nessa reunião, e penso  
452 trazer notícias positivas para vocês. Vocês estão muito bem representados, e nós  
453 estamos tentando uma solução negociada, que é, sobremaneira, muito mais  
454 importante e muito mais eficaz do que qualquer outro tipo de solução, inclusive,  
455 judicial. E essa solução negociada vai abrir portas, primeiro, para que nós  
456 possamos também mostrar ao Estado de Minas Gerais que nós somos servidores  
457 que temos direitos, mas também obrigações. E a partir daí também mostrar, com  
458 a nossa produtividade, aquilo que também nos cabe. E é essa sinalização que,  
459 inclusive, também já foi feita por vocês para o governo, e o governo também  
460 depois vai exigir isso de nós.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “O  
461 COPAM e os conselheiros são uma pessoa, a Secretaria de Meio Ambiente é uma  
462 pessoa, e os funcionários que a integram também são uma pessoa, mas neste  
463 momento nós somos uma entidade só. Eu ouvi muito bem, com muita atenção, o  
464 que o doutor Wieland manifestou, e respeito. Mas, doutor Wieland, nós vamos  
465 apenas aprovar uma moção de apoio aos funcionários do Sistema de Meio  
466 Ambiente; só isso.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “A moção que foi  
467 aprovada na CNR é muito plausível no seu conteúdo, e se quiserem até repetir o

468 conteúdo aqui no Plenário eu não coloco objeção nenhuma. Acontece que o que  
469 colocarmos de moção pode, inclusive, contestar o que nós temos discutido com  
470 eles.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu entendi que a solicitação é que este  
471 Conselho aprove a moção apresentada. Eu entendo, como o Carlos Alberto falou,  
472 que isso é uma moção que apoia realmente as solicitações. No mínimo, dizer que  
473 essa situação tem que mudar. Eu sei muito bem que o Estado passa por uma  
474 situação crítica, fruto de uma crise econômica, mas fruto também de má aplicação  
475 de recursos ao longo de todos os governos. Mas a situação do Sisema representa  
476 um histórico da desvalorização da questão ambiental no Estado. Se este governo  
477 realmente entendesse que não há desenvolvimento econômico sem proteção do  
478 meio ambiente, deveria iniciar um movimento de mudar essa situação.  
479 Entendemos que o governo está em crise econômica, mas isso não pode ser  
480 motivo para que os funcionários do Sisema se calem e deixem de mostrar as suas  
481 reivindicações. Então eu quero dizer, finalmente, que isso é apenas uma  
482 manifestação política de apoio às reivindicações do Sisema. Nós não entramos no  
483 mérito, mesmo porque não entendemos. O que eu, como conselheira do COPAM,  
484 quero dizer é que realmente a situação dos funcionários não pode continuar dessa  
485 forma. E, se nós queremos uma política ambiental consequente e séria, essa  
486 situação tem que mudar. Por isso, eu acho que todos nós devemos apoiar,  
487 integralmente, a solicitação aqui feita.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do  
488 Nascimento: “Secretário Wieland, aqui é lugar de discutir essa questão, sim, no  
489 meu entendimento. Aqui é o Conselho de Política Ambiental, de formulação de  
490 política ambiental. Não tem como formular política ambiental sem olhar as  
491 questões dos servidores. Não há como dizer que ‘essas questões aqui são  
492 sindicais, essas questões são ambientais’. Isso, inclusive, é resultado de um  
493 esvaziamento das atribuições deste Conselho praticado pelos governos anteriores  
494 e reafirmado por este governo, por ocasião da nova lei de política ambiental, que  
495 sequer foi encaminhada aqui para discussão em caráter consultivo. Isso nós já  
496 manifestamos por várias vezes. Aqui é um dos espaços, sim, e não é à toa que  
497 essas moções já foram aprovadas em vários fóruns. A maioria das reivindicações  
498 não salariais, são de fortalecimento do Sistema de Política Ambiental, e isso tem  
499 que ficar claro, não se pode perder essa oportunidade. Nós estamos falando de  
500 uma secretaria que só arrecada menos que a Secretaria da Fazenda, mas em  
501 termos orçamentários recebe menos de 0,5%. Então essa situação tem que ser  
502 discutida. Eu gostaria que o senhor, enquanto da Seplag, fizesse o compromisso,  
503 antes de encaminhar o próximo orçamento para a Assembleia Legislativa, e viesse  
504 aqui discutir, em caráter consultivo, o orçamento da SEMAD, do IGAM, da FEAM,  
505 do IEF. Porque, com esse nível de disponibilidade orçamentária, não há como dar  
506 conta das tarefas. Eu acho que tem outra questão, que diz respeito à concepção.  
507 Aqui foi dito pelo advogado-geral do Estado. ‘Antigamente, fazia carro, passou a  
508 fazer chapa, agora vende o minério’. A linha do tempo está correta, mas o que ele  
509 tem que discutir é a história, e o que tem que discutir nessa nova economia,  
510 nesses novos desafios, uma das questões, é como vai incluir a matriz ambiental, a

511 questão das energias renováveis, todos esses desafios, num modelo de  
512 desenvolvimento econômico. E essa discussão passa por aqui também, e eu acho  
513 que é necessário fazê-la. Eu espero e mantenho o meu entendimento. Entendo  
514 que a moção apresentada pela representante dos servidores deve ser aprovada,  
515 acho que aqui é o local, e é preciso uma solução. O nosso país como um todo  
516 está numa crise econômica, ninguém está desconhecendo isso, mas as saídas  
517 têm que ser encontradas, nós temos que somar forças. Agora, não pode jogar o  
518 peso todo da crise, das consequências, nos trabalhadores. Isso diz respeito ao  
519 país como um todo e diz respeito a quem está aqui. Fica muito mais fácil igual o  
520 governo federal fala, 'corta tal coisa, corta tal coisa'. E eu só vejo cortar de  
521 trabalhador. Então tem que ter uma discussão também dessa questão do  
522 orçamento, e gostaria que o senhor tivesse atenção com essa questão. É a  
523 secretaria que mais arrecada, depois da Secretaria da Fazenda, mas recebe  
524 apenas 0,5%. E negociação, secretário, é assim mesmo, tem que começar, e nós  
525 não sabemos aonde termina. Agora, tem que ter sensibilidade e compreensão e  
526 colocar, por exemplo, o projeto do Plano de Carreira, que estabelece um  
527 horizonte, dá segurança. E nós podemos encontrar uma fórmula, com ele  
528 aprovado, que vigore mais compatível, por exemplo, com uma disponibilidade.  
529 Não dá para fazer negociação falando apenas de responsabilidade fiscal, porque  
530 aí as coisas não andam. Se tem um impasse, que encaminhe para a Assembleia,  
531 vamos fazer o debate com os funcionários. O que não se pode é falar 'aceitem do  
532 jeito que está'. Não tem como ser dessa forma. Então eu espero que as coisas  
533 avancem, acho que é possível avançar. Ninguém está propondo que avance  
534 bordejando a ilegalidade, não se trata disso, mas tem que ter clareza de que a  
535 situação é difícil para todo mundo e que nós temos que encontrar uma solução,  
536 sim. Porque senão nós vamos atravessar o governo todo com esse impasse.”

537 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Eu não vou ser repetitivo em relação ao  
538 que os meus colegas falaram, mas não poderia deixar de vir aqui publicamente  
539 manifestar o meu apoio aos servidores da SEMAD, até porque convivo com a  
540 maioria deles, trabalho há muito tempo nos conselhos de política ambiental em  
541 diversas regiões do Estado e sei que os servidores da SEMAD são pessoas que  
542 trabalham muito mais por uma ideologia, por acreditar num trabalho, do que pela  
543 condição de trabalho, remuneratória, que é dada para eles. São pessoas que  
544 trabalham diante de uma imensa pressão, trabalhando com processos  
545 extremamente complexos, dos quais é demandado que se aprimorem  
546 tecnicamente para dar uma resposta adequada, num prazo curto, e não têm  
547 sequer a garantia de uma remuneração condigna com o nível de responsabilidade  
548 que eles têm. E mais: sobrecarregados por uma estrutura sucateada, que coloca  
549 uma carga de atribuições inviáveis para os servidores. Então ou eles fazem sem a  
550 técnica que seria necessária para fazer de maneira adequada ou demoram.  
551 Ambas as situações são catastróficas, podem acarretar ou danos irreparáveis ou a  
552 inviabilização das atividades econômicas, o que é uma realidade que todos nós  
553 estamos vendo. Todos os setores estão impactados, e não adianta vir projeto de

554 lei mirabolante, não adianta esvaziar o licenciamento, não adianta querer que o  
555 Estado vire uma China, uma Hiroshima. Isso não vai resolver, porque o gasto que  
556 o Estado vai ter para reparar esses impactos a longo prazo vai ser muito maior  
557 que o investimento que deveria fazer para dar uma resposta adequada na gestão  
558 ambiental. O Eduardo foi muito feliz quando falou da necessidade de o Estado  
559 internalizar a variável ambiental, deixar de ver o meio ambiente como obstáculo, e  
560 até, publicamente, em discursos vergonhosos, vir falar isso, e trazer o meio  
561 ambiente como uma variável necessária para garantir qualidade de vida aos  
562 cidadãos. É viabilizar a atividade econômica, sim, desde que seja sustentável. É  
563 dar uma estrutura para que se garanta essa sustentabilidade. Essa moção foi  
564 aprovada nas URCs, na CNR, e aqui, por ser o fórum que tem mais pessoas  
565 diretamente ligadas a quem tem o poder decisório, o poder de mudar as coisas,  
566 eu acho que essa moção não só é cabível, como é imprescindível de ser  
567 deliberada aqui neste Plenário.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Eu faço  
568 minhas as palavras do promotor e do companheiro Eduardo e de quem mais falou.  
569 Talvez aqui seja realmente o local adequado para se fazer essa moção. Se aqui  
570 se faz política ambiental, sem o operador dessa política ela não acontece; e os  
571 funcionários são operadores da política.” Conselheira Danielle Braga Valaci  
572 Pontes Ferrari: “Eu queria aqui colaborar com a fala do Wieland, porque o governo  
573 está com o diálogo aberto. Nós sabemos da essencialidade do meio ambiente e  
574 da importância das atividades, mas achamos complicado representantes do  
575 governo serem favoráveis a uma moção que gera uma ilegalidade diante da Lei de  
576 Responsabilidade Fiscal. Nós que estamos no Planejamento e na Fazenda  
577 sabemos dos limites, das dificuldades, e até pegando a palavra do doutor Onofre,  
578 mais cedo, ‘o Estado está fazendo mágica hoje para cumprir as obrigações’. O  
579 diálogo está aberto, e é claro que o Estado vai tentar fazer o melhor que for  
580 possível dentro do contexto atual, do contexto fiscal.” Presidente Germano Luis  
581 Gomes Vieira: “Nós já avançamos muito nesse ponto, não se está discutindo,  
582 inclusive, em relação à categoria compelir o governador ou qualquer gestor  
583 público de fazer um ato de ilegalidade. Isso já não está mais em questão, ou seja,  
584 vocês mesmo da categoria sabem que nós temos barreiras dos limites prudenciais  
585 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é claro para todos. O que vocês solicitam,  
586 que eu estou compreendendo, é um compromisso de que, superadas essas  
587 barreiras, sejam encaminhados os pleitos dos senhores. Estou certo? Então eu  
588 não vejo problema de colocarmos no Artigo 1º isso que a Fazenda e o  
589 Planejamento estão propondo: ‘uma vez superadas as barreiras legais do limite da  
590 Lei de Responsabilidade Fiscal’. E também, como sugestão da Secretaria de  
591 Planejamento, manifestar para o governo que a categoria se compromete com  
592 ajustes gerenciais de produtividade para execução dos serviços do Sisema. De  
593 acordo? Então podemos aprovar a moção nos termos em que se coloca? A  
594 adequação seria a seguinte: ‘Aprovar a moção dirigida ao governador do Estado  
595 para que encaminhe, superados os limites prudenciais da Lei de  
596 Responsabilidade Fiscal, em regime de urgência, projeto de lei versando sobre o

597 Plano de Carreira dos servidores’... ‘Garantindo-se prioridade à execução da  
598 política ambiental’. E então continua o resto que foi lido. Podemos então colocar  
599 em deliberação? Aqueles conselheiros que são favoráveis à aprovação da moção  
600 permaneçam como estão. Aprovada. Abstenções da Secretaria de Planejamento,  
601 Secretaria de Fazenda e Secretaria de Cultura.” Regina Márcia Pimenta  
602 Assunção, servidora do IGAM: “Eu agradeço o apoio dos senhores conselheiros.  
603 São atitudes como essa que fazem o mundo melhor. Nós reconhecemos que as  
604 negociações estão caminhando, estão abertas, e é importante ver que nós temos  
605 reivindicações que não são impactantes. Então tem que haver boa vontade  
606 também. Muito obrigada.” **4) EXAME DA ATA DA 169ª REUNIÃO DO COPAM.**  
607 Aprovada por unanimidade a ata da 169ª reunião do Plenário do Conselho  
608 Estadual de Política Ambiental, realizada em 6 de maio de 2016. **5) ACORDO**  
609 **REFERENTE À PREVISÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTOS PARA A**  
610 **RECUPERAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE, ASSINADO ENTRE A ADVOCACIA**  
611 **GERAL DA UNIÃO (AGU), A ADVOCACIA GERAL DO ESTADO (AGE) E O**  
612 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (MPES).**  
613 **Apresentação: Advocacia Geral do Estado.** O advogado-geral do Estado,  
614 Onofre Alves Batista Júnior, fez exposição ao Plenário sobre o acordo referente ao  
615 Fundo de Investimentos para a Recuperação da Bacia do Rio Doce e em seguida  
616 esclareceu pontos destacados pelos conselheiros. Seguem as manifestações  
617 registradas após a exposição do representante da AGE. Conselheira Maria Dalce  
618 Ricas: “A minha curiosidade é saber quais parâmetros foram utilizados para  
619 quantificar os danos ambientais sobre a fauna, a flora, a água e o solo. Existe  
620 essa informação disponível à sociedade, para que nós possamos acessar?”  
621 Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral do Estado: “Esses dados foram todos  
622 levantados pelo Ministério do Meio Ambiente. Existe toda a informação  
623 disponibilizada. O acordo está totalmente disponibilizado no site deles. Mas a  
624 quantificação dos danos, para nós, não era o mais importante, porque não há  
625 limite para indenização. Nesse sentido, era estimativas.” Conselheira Maria Dalce  
626 Ricas: “Mais duas perguntas. Por que o MPMG não é mencionado como  
627 participante do acordo? E quanto às críticas que têm sido feitas pelo Ministério  
628 Público de Minas Gerais ao conteúdo desse acordo.” Onofre Alves Batista Júnior,  
629 advogado-geral do Estado: “O Ministério Público de Minas Gerais foi convidado a  
630 participar de todas as reuniões. Ele foi a duas das 50 e poucas reuniões,  
631 brevemente, e não participou da formatação do acordo. O Ministério Público do  
632 Espírito Santo participou de todas as reuniões, o Ministério Público Federal  
633 participou de quase todas as reuniões. No final, houve uma cisão com o Ministério  
634 Público Federal, que não quis participar da assinatura do acordo. Havia algumas  
635 divergências, e ele se reservou ao direito de questionar. Para nós, é uma postura  
636 altamente respeitável. Discorda e depois usaria seu poder de acionar a ação civil  
637 pública para questionar a divergência. Até aí nós concordamos com tudo, o que  
638 nós não concordamos é quando ataca o acordo, porque se poderia pleitear algo  
639 mais. E nós estaríamos com o nosso interesse de agir contaminado, nós não

640 poderíamos mais, nós atenderíamos à pressa para resolver o problema de quem  
641 estava atingido e não poderia esperar. Ele poderia pleitear mais. A nossa surpresa  
642 e a nossa contrariedade, enquanto advocacia pública, foi quando se atacou o  
643 todo. Aí, nós vamos reagir e defender.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Foi  
644 impetrada ação civil pública contra? Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral  
645 do Estado: “Nós fizemos ação civil pública. Esse acordo é no curso de uma ação  
646 judicial. Ele (o Ministério Público Federal) fez uma ação civil pública de R\$ 155  
647 bilhões e contestou o acordo feito. Em 2004, teve uma ação em Cataguases, e até  
648 hoje estamos abrindo a fase de perícia. Ações dessa magnitude, em que a fase de  
649 instrução dez anos depois está sendo desenvolvida, nós temos de montão. Nós  
650 sabemos o que custa uma ação judicial prolongada, e sabemos o que esse  
651 pessoal ia sentir. Daí a necessidade de formatar um acordo rápido. Isso era o  
652 mínimo de responsabilidade que nós podíamos ter no caso.” Conselheira Maria  
653 Dalce Ricas: “Nós temos, como foi muito bem colocado, ações emergenciais, que  
654 visam, principalmente, atender atingidos. O que causa mais comoção na opinião  
655 pública, por motivos óbvios, é a situação das pessoas atingidas, seja no âmbito  
656 econômico, seja até em mortes. Mas em uma perspectiva mais geral e a médio e  
657 longo prazos eu entendo que a ideia deveria ser paralisar a degradação do rio  
658 Doce, pelo menos, e recuperar o que for possível. Eu acredito que tenha sido um  
659 parâmetro da atuação do governo do Estado de Minas Gerais o reconhecimento  
660 de que a lama que a Samarco derramou no rio Doce foi o chamado golpe de  
661 misericórdia. O rio Doce já estava morrendo há muito tempo. Segundo o Comitê  
662 da Bacia, a profundidade média era de 3 m, e antes do desastre já era 90 m. Tudo  
663 em decorrência do assoreamento, do mau uso do solo, do desmatamento, das  
664 queimadas, do superpastoreio na bacia. Se não houver, paralelamente às ações  
665 previstas nesse acordo, uma política pública que tenha como meta, realmente,  
666 recuperar o que for possível no rio Doce, nós tememos que ajam ações pontuais e  
667 que essa recuperação não aconteça. Isso passa diretamente, inclusive, pelo  
668 movimento dos funcionários que estão aqui hoje e por políticas públicas que deem  
669 guarida, realmente, à ação dos órgãos ambientais no que se refere a punição, a  
670 licenciamento e a um monte de coisas que precisam ser feitas na bacia. Então  
671 qual é a postura do governo nesse sentido? Não vai adiantar recuperar um  
672 pedacinho ou outro se não houver um plano, uma política de Estado, para  
673 realmente nós atingirmos uma recuperação mínima da bacia do rio Doce, até  
674 como um case para o resto do país. Infelizmente, exemplos como o do rio Doce  
675 não faltam, só que a tragédia escancarou, no caso, o rio Doce. Mas é a mesma  
676 tragédia do Tiete, do rio das Velhas e de outros cursos d’água estão por aí  
677 agonizando devagarinho.” Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral do Estado:  
678 “O caso que nos foi trazido para resolver é um tanto quanto pontual. Nós estamos  
679 lidando com um caso pontual do acidente da barragem. Nesse caso, a tentativa foi  
680 de um plano holístico o mais amplo possível de recuperação da bacia do rio Doce.  
681 A contratação da auditoria externa não foi para sanar os danos imediatos, mas  
682 para a recuperação da bacia do rio Doce. Par e passo, o governo vem



683 estimulando uma série de ações. Por exemplo, a Fiemg tem todo um plano para  
684 resgate do rio Doce. Durante esse tempo todo, está havendo uma concentração  
685 de esforços para que se caminhe nessa direção. Agora, nós estamos com pelo  
686 menos 30 anos de danos. Eu me vi numa posição muito interessante, eu era um  
687 grande crítico da atividade mineradora no Estado de Minas Gerais, e tenho  
688 diversos artigos nesse sentido condenando o royalty, o valor dos royalties pagos,  
689 que deveriam reverter para recuperação ecológica, para o bem do Estado etc. De  
690 repente, curiosamente, eu, o grande crítico, junto a minha equipe, de uma série de  
691 questões dessa natureza, estava defendendo um acordo, e curiosidade houve  
692 quem achasse que estávamos defendendo a empresa. Não, nós estamos  
693 defendendo o razoável e o interesse público. Por vezes, ele exige uma postura,  
694 por vezes, outra. O problema todo é olhar a questão só a partir de um ângulo. Nós  
695 temos uma situação extremamente complexa para administrar. Se for para  
696 levantar a bola, Minas Gerais, com a mineração, é o segundo PIB do país; sem a  
697 mineração, é o quinto PIB do país. Nós dependemos, gravemente, da mineração.  
698 E eu digo o seguinte: precisamos estabelecer uma política séria, que nos dê  
699 possibilidade de mudar todo esse programa. De todo limão precisamos fazer uma  
700 limonada. Que também sirva esse acidente como mola propulsora de uma série  
701 de outras políticas, às quais eu acho que, pelo menos nesse caso pontual, nós  
702 tentamos dar o tom. Esperamos caminhar nessa direção.” Conselheiro Eduardo  
703 Antônio Arantes do Nascimento: “Inclusive, pelo que eu conheço pessoalmente do  
704 governador e do Wieland, secretário de Planejamento, eu sei que não são  
705 pessoas que estão exercendo o cargo público com objetivo de prejudicar A ou B  
706 ou o próprio meio ambiente. Ao menos da minha parte, não há essa hipótese. Eu  
707 acho que na sociedade ninguém pode se incomodar em ter que prestar contas. Há  
708 algumas coisas que eu gostaria de diferenciar. Eu não acho que o crime ambiental  
709 praticado seja um ato isolado ou possa ser analisado isoladamente. Evidente que  
710 o acordo tem que se referir apenas a isso. Mas em um Estado em que nos últimos  
711 15 anos houve cinco eventos também com mortes, há o entendimento por parte  
712 de algumas entidades, ao qual eu me incluo, de que nós não estamos frente a um  
713 ponto fora da curva. Então a preocupação é maior. A outra preocupação eu acho  
714 que é uma questão que, felizmente, está ganhando corpo na sociedade. É uma  
715 preocupação com a impunidade, nada pode abrir espaço para a impunidade. Em  
716 terceiro lugar, a questão realmente é multifacetada, permite várias abordagens. Eu  
717 trabalho, voluntariamente, em uma ONG que cabe em duas salas, mas ontem nós  
718 assinamos e somos parte de um convênio com a Universidade do Espírito Santo,  
719 a Universidade do Vale do Jequitinhonha, porque o nosso foco de atuação são  
720 quilombola e nações indígenas. Então nós vamos atuar num pequeno item do  
721 convênio em torno dessas populações atingidas. A questão é multifacetada. A  
722 questão do desemprego nos causa preocupação, mas eu mantenho o meu  
723 entendimento de que essa questão não pode ser manipulada em nome da não  
724 observância do rigor da legislação ambiental, das questões de recuperação  
725 ambiental. Eu quero lembrar, inclusive, que a enorme quantidade de agricultores

726 familiares e produtores rurais que foram atingidos e que perderam a sua  
727 capacidade de produção e de vida – isso está no relatório da Emater – ainda não  
728 tem solução. Então a solução de emprego, ocupação, geração de renda e todas  
729 essas questões têm que ser abordadas de maneira conjunta e seriamente. Eu,  
730 inclusive, queria lembrar que não está se tratando de empresas sem lastro  
731 financeiro. A Samarco e a Vale têm condição de manter salário por muito tempo,  
732 em função do que elas sempre ganharam. Eu queria também dizer que me somo,  
733 pelo que acompanho, às medidas de recuperação, como serão encaminhadas,  
734 como serão viabilizadas. Apesar de não ser governo, nunca ter sido e jamais  
735 serei, por convicção, eu não tenho uma visão tão negativa do papel que o  
736 governo, o poder público, poderia exercer e, eventualmente, ocupar. Se a visão do  
737 governo, a opinião, a decisão é essa, tudo bem. Agora, eu queria só lembrar que  
738 muito mais importante e complexo não se trata de presidir uma fundação, mas o  
739 governador governa o Estado. Quem pode mais pode menos. Então eu entendo  
740 que essa questão talvez pudesse ter uma abordagem diferente. A minha posição  
741 é a seguinte. Nós respeitamos muito a exposição da Advocacia Geral do Estado.  
742 Podemos ter discordâncias, mas eu as trato democraticamente. Este é um  
743 colegiado responsável pela elaboração da política ambiental e tem que primar pela  
744 democracia. Eu solicito que, na próxima reunião, sejam convidados para se  
745 manifestarem sobre o acordo o Ministério Público Federal e o Ministério Público  
746 Estadual. Da mesma maneira que está sendo dada a oportunidade à Advocacia  
747 Geral do Estado, eu acho da maior relevância conhecer o entendimento e os  
748 argumentos do Ministério Público Federal, inclusive, por que ele questiona o  
749 acordo.” Encaminhamento da Presidência. O presidente Germano Luis Gomes  
750 Vieira se manifestou no sentido de acatar a proposta do conselheiro Eduardo  
751 Antônio Arantes do Nascimento de encaminhar convite ao Ministério Público  
752 Federal e ao Ministério Público Estadual para manifestarem sua posição quanto  
753 ao acordo. Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral do Estado: “Só a título de  
754 esclarecimento, o acordo não trata de crime – os crimes seguem o seu caminho  
755 normal – e também não exige de nada os órgãos ambientais e de licenciamento.”  
756 Conselheiro Claudio Bruzzi Boechat: “Eu entendi que o acordo, ao ser firmado,  
757 abriu espaço para a criação da fundação a partir da iniciativa ou coordenação do  
758 Conselho Consultivo. É isso? E a Advocacia Geral do Estado passou a fazer uma  
759 espécie de acompanhamento? Você tem algum tipo de informação sobre qual  
760 estágio e como está sendo tocado isso? Porque é uma informação muito  
761 importante para este Conselho.” Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral do  
762 Estado: “Nós somos advogados só. Nós acompanhamos a formatação do acordo,  
763 e tem os conselheiros do Estado. Um deles é o doutor Germano, que é  
764 conselheiro representando o Estado. E tem mais representantes do Estado no  
765 interfederativo. Eu posso dizer que um trabalho muito intenso está acontecendo  
766 nos comitês.” Conselheiro Claudio Bruzzi Boechat: “Eu gostaria de solicitar  
767 também que fosse feita uma exposição sobre como estão sendo feitas as atitudes  
768 a partir do acordo, porque isso passa a ser extremamente importante neste

769 momento. Questionar o acordo é uma conversa. Outra conversa é que as ações  
770 decorrentes desse acordo devem funcionar bem. O senhor também citou, doutor  
771 Onofre, um trabalho feito com a Fiemg. Desse trabalho eu tive conhecimento,  
772 porque eu também participei como membro de quem concebeu. Essas duas  
773 coisas ou até mais outras iniciativas devem ser vistas no seu conjunto. Eu penso  
774 que seria importante que este Conselho tivesse uma visão desse conjunto. E não  
775 a posteriori, mas durante o caminhar, para estarmos, correntemente, ativos  
776 no sentido de não só conhecermos e, eventualmente, aconselharmos, como  
777 também no sentido de trazermos as informações para as nossas entidades de  
778 forma a instruí-las na participação desse processo.” Presidente Germano Luis  
779 Gomes Vieira: “Nós temos o Comitê Interfederativo, que estabeleceu algumas  
780 câmaras técnicas de trabalho – sete ou oito, salvo engano –, que formatam,  
781 tecnicamente, as discussões para deliberação desse Conselho Interfederativo,  
782 que dá as diretrizes de priorização dos programas que têm que ser executados,  
783 monitoramentos das ações feitas pela Samarco/Fundação. Eu queria apresentar  
784 então, na próxima reunião, a dinâmica de como funciona a execução do acordo.  
785 Nós temos, inclusive, o presidente de uma das câmaras, que, para mim, é uma  
786 das mais importantes, que discute a segurança das estruturas e a contenção de  
787 rejeitos, que é o presidente do Ibama em Minas Gerais, o Marcelo Belisário; temos  
788 integrantes do IEF em algumas das câmaras e do próprio IGAM e da própria  
789 FEAM. Então vamos reunir a turma na próxima reunião para apresentar o que tem  
790 sido discutido.” Conselheiro Claudio Bruzzi Boechat: “Eu só queria salientar que  
791 são duas coisas diferentes: uma é a governança da coisa, e a outra é a coisa em  
792 si. Nós precisamos ter visão das duas. Eu só queria reforçar que nós gostaríamos  
793 de saber o teor, a natureza das ações, o que está sendo feito, o que está sendo  
794 proposto, não somente os órgãos que estão tratando da coisa e como a coisa está  
795 distribuída.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Quanto à sugestão do  
796 conselheiro Eduardo, da Fetaemg, eu coloco em discussão se em nome do  
797 Conselho vocês gostariam de oficializar o convite ao Ministério Público Federal  
798 para estar aqui na próxima reunião. Todos de acordo? Então, Secretaria  
799 Executiva, fineza providenciar.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:  
800 “Uma pergunta e duas observações. A pergunta ao doutor Onofre é se durante  
801 esse tempo de construção do acordo houve, por parte do governo do Estado,  
802 junto com o Espírito Santo, alguma ação no sentido de conseguir, por parte do  
803 governo federal ou de algum fundo emergencial, um apoio nessa questão de  
804 Mariana ou na questão de uma alternativa emergencial enquanto não se atendem  
805 os impactos dessa tragédia. Me chama muito a atenção, desde o início, que não  
806 se viu, por parte dos entes, uma solução rápida para que Mariana não fique refém  
807 de que o quanto mais rápido a empresa voltar é a única solução. Assim como eu  
808 já coloquei em outras esferas, recentemente, o BNDES liberou, me parece, R\$ 1,2  
809 bilhão para um programa para que as empresas de mineração tenham novas  
810 tecnologias. É recurso nosso, o BNDES. E em nenhum momento eu vi de nenhum  
811 ente – fora a primeira colocação por parte do governo federal, de liberar o Fundo

812 de Garantia para os atingidos, o que foi uma coisa absurda – a preocupação de  
813 trazer para aqueles locais totalmente atingidos, nesse processo de construção de  
814 caminhos para que as empresas cumpram as obrigações, um caminho para evitar  
815 aquilo que está sendo usado como argumento de que tem que voltar a Samarco  
816 rápido, senão a situação está impraticável. A pergunta é: o que foi feito na direção  
817 de se conseguir recursos, que costumam ser usados, inclusive, para bancar a  
818 iniciativa privada, inclusive, nos seus momentos difíceis? O que foi feito no sentido  
819 de dar um atendimento a essas comunidades enquanto esse outro processo  
820 demora? As duas outras colocações é que eu quero endossar, a partir do que o  
821 Eduardo colocou, que realmente não são empresas sem um lastro financeiro. Na  
822 assembleia geral de acionistas da Vale, no dia 25 de abril, foi aprovado uma  
823 proposta de remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal  
824 com uma verba global de até R\$ 90 milhões e pouco, para ser distribuída aos  
825 seus membros. E um diretor só da empresa recebe em torno de R\$ 848 milhões  
826 como recurso do seu trabalho. Eu assisti uma reunião na Câmara Normativa e  
827 Recursal em que a Samarco veio com recurso para diminuir o valor de multas por  
828 causa das suas obrigações que não foram cumpridas, e foi muito difícil escutar a  
829 Samarco querendo ainda minimizar e negociar pagamento de multa, que já é  
830 ridícula. Então são empresas que têm lastro e que ao longo desses anos todos em  
831 Mariana até agora ninguém teve tempo de ver quanto ganharam com o que  
832 destruíram naquele território. Em 2008, uma matéria: ‘Samarco inaugura  
833 mineroduto e já pensa em expansão’. Foi do jornal ‘O Tempo’, de 11 de abril de  
834 2008: ‘A menos de uma semana de inaugurar o seu segundo mineroduto, a  
835 diretoria da Samarco já trabalha para tirar o terceiro do papel. A informação é  
836 confirmada pelo diretor de Desenvolvimento e Planejamento da empresa, Paulo  
837 Rabelo. Segundo apurou, o novo projeto será executado a toque de caixa, para  
838 aproveitar o quanto antes o cenário favorável ao consumo mundial de pelotas.’  
839 Então o que eu estou trazendo aqui enquanto sociedade civil é a disparidade de  
840 ritmos entre o que uma empresa de mineração quer, operar seus  
841 empreendimentos, para ter lucro, em relação ao ritmo para reparar os danos e  
842 assumir, imediatamente, as suas obrigações é vergonhoso. E isso tendo a  
843 conivência dos governos é mais vergonhoso ainda. Que isso fique registrado,  
844 porque nós estamos tratando aqui, como foi falado pelo doutor Onofre, de um dos  
845 maiores crimes ambientais. Nós só temos duas bacias hidrografias em Minas  
846 Gerais: a bacia do rio São Francisco e a bacia do rio Doce. A bacia do São  
847 Francisco já tem estado em situações preocupantes, e a bacia do rio Doce agora  
848 está como está. Como este Estado vai continuar sobrevivendo, inclusive  
849 economicamente, com outras atividades se nós estamos nessa situação? Então  
850 que o governo de Minas e o governo do Espírito Santo demandem,  
851 imediatamente, do BNDES recursos para que Mariana, durante um tempo,  
852 consiga caminhar com outras alternativas econômicas, para não continuar refém e  
853 nós não vemos as pessoas pedindo para voltar alguma coisa que foi assassina  
854 em relação àquela situação, porque isso é ser refém de alguma situação que nós

855 não podemos continuar permitindo.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Eu  
856 gostaria de reforçar a solicitação do Eduardo e do companheiro da ACMinas para  
857 trazer as outras partes interessadas para que possam também manifestar isso.  
858 Porque nós não podemos ser tão céticos quanto ao acordo, nós temos que  
859 acreditar no acordo. Como foi falado, a magnitude do problema exigiu uma ação  
860 rápida. Nós não temos nenhum procedimento estruturado para atendimento de  
861 uma questão como essa que foi colocada, do tamanho que foi. Ainda mais depois  
862 que o doutor Onofre apresentou o exemplo de Cataguases. Quer dizer, a situação  
863 exigia. Então nós não podemos ser muito céticos, nós temos que observar a  
864 implantação desse processo como sendo um desenvolvimento de um  
865 procedimento de atuação emergencial numa questão como essa. Está certo ou  
866 está errado? A implementação é que vai fazer com que nós percebamos se esse  
867 procedimento é bom ou ruim e se ele precisa ser fixado para uma próxima  
868 ocorrência, o que todos nós não queremos, e estamos trabalhando na prevenção.  
869 O que nós temos que trabalhar hoje é prevenir para que o caso não aconteça  
870 mais. E essa ação da fundação, da forma como foi colocado e com os argumentos  
871 que o doutor Onofre, colocou nos dá uma tranquilidade de uma ação sobre a  
872 questão emergencial. Nós estamos dando uma resposta pronta. Completa? Nós  
873 só saberemos daqui a um, dois, três ou quatro anos. Se efetivamente acontecer o  
874 processo de controle e acompanhamento, como ele mostrou que existe, eu  
875 acredito que nós vamos ter um sucesso na frente. Paralelamente, vem uma  
876 questão com que nós ficamos não um pouco mais tranquilos, mas acreditando  
877 nesse processo. É que um acidente como esse acende diversos atores para tentar  
878 resolver um problema, e começamos a atirar para todos os lados. Quer dizer, todo  
879 mundo quer resolver o problema e não concentra esforços, dispersa esforços. E a  
880 forma como foi colocada é uma oportunidade de concentração de esforços. Aí a  
881 Federação das Indústrias apresentou um programa, que não é isolado, que está  
882 acoplado com o Plano de Desenvolvimento do Comitê da Bacia do Rio Doce, que  
883 foi lançado em Valadares antes do acidente e que previa a recuperação, a  
884 revitalização das partes altas do rio Doce para gerar água e reduzir a poluição. O  
885 acidente, infelizmente, atrasou. Mas, efetivamente, aquele programa que estava  
886 sendo feito com o Ibio foi acoplado à programação do Ministério do Meio Ambiente  
887 e faz parte dessa programação de ação emergencial; está postado lá. E nós  
888 trabalhamos nisso, a Federação das Indústrias e Federação da Agricultura. Nós  
889 estávamos fazendo antes, e aconteceu. Ainda bem que nós tínhamos um  
890 programa estruturado, e ele pode ser aproveitado. Não é um programa de  
891 emergência, o programa de emergência é este. O programa que nós  
892 apresentamos é um programa de continuidade, de solução, de prevenção. Nós  
893 estamos trabalhando nessa sequência para a frente. Então a oportunidade de  
894 trazer os outros interessados para terem a sua fala aqui para nós vai ser muito  
895 importante.” Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral do Estado: “Nós somos  
896 só advogados, e coube a nós a formatação do acordo. Mas, para e passo, uma  
897 série de ações foi levada a cabo. Por exemplo, saiu uma linha de crédito do

898 governo de Minas, salvo engano, de R\$ 20 milhões, na ocasião, para atender, e a  
899 Codemig está com um projeto para construção de distrito industrial, para  
900 diversificação da economia local, com criação de fundo público. Tem incentivo  
901 para atração de empresas que está sendo levado a cabo lá. Existem alguns  
902 específicos com que nós já estamos lidando, inclusive, casando dois grandes  
903 problemas: a questão da tornozeleira eletrônica, que nós estamos tentando atrair  
904 fábrica para lá, para baratear; e existem algumas iniciativas. Se me perguntar se  
905 são suficientes, eu não sei se são suficientes. Eu acredito que o processo de  
906 desindustrialização de Minas Gerais, que foi levado a cabo nesses últimos anos,  
907 torna qualquer medida coisa pequena. Eu vou dar um exemplo. Minas exportava  
908 veículo para a China, e depois passou a exportar chapa. De alguns anos para cá,  
909 só exporta minério. Hoje, tem grupos chineses querendo comprar mineradora em  
910 Minas Gerais. O problema é muito grave e exige uma ciência muita clara de tudo o  
911 que está acontecendo. É um processo que, nesses últimos 20 anos, vem  
912 empurrando a matriz mineira econômica para o buraco. Então Minas sofre mais do  
913 que o resto do Brasil, e precisa estudar a substituição de sua matriz muito mais do  
914 que o resto do Brasil. Em um período de crise como o que nós passamos hoje,  
915 sofremos muito mais do que o resto do país. Eu sou só um simples advogado,  
916 mas posso dizer que Minas Gerais hoje só não entrou em colapso por causa do  
917 esforço enorme empreendido pelo governo para tentar manter em dia as suas  
918 contas. E nisso nós já chegamos ao campo da 'mágica', como uso de depósito  
919 judicial, refinanciamento da dívida, e nós estamos bancando judicialmente uma  
920 série de medidas, e, para um país pobre como o Brasil, para um Estado que teve  
921 a sua matriz tão afetada, nos espanta como chegamos até aqui. Mas eu  
922 compartilho as preocupações, acho que alguma coisa foi feita, não foi o suficiente,  
923 com toda certeza. Mas ao que a nós cabe é fazer, forçar, para que a empresa  
924 cumpra o máximo que ela pode. Porque, efetivamente, eu concordo: já lucrou  
925 muito em Minas Gerais, tem que dar o seu retorno." Conselheiro Rinaldo César  
926 Mancin: "Conselheiros, apenas na possibilidade de termos na próxima reunião  
927 esse debate mais ampliado, as empresas também estão à disposição para  
928 participar. Eu acho que é uma bela oportunidade também ouvir quem está à frente  
929 da implementação das ações reais. Ficaria essa sugestão de nossa parte aqui."  
930 Conselheiro José Guilherme Ramos: "Eu também iria sugerir, se fosse acatado o  
931 pedido do conselheiro Eduardo, que se chamasse também o empreendedor para  
932 prestar também as suas considerações do que está se realizando. Eu acho que  
933 isso também seria muito importante neste momento." Conselheira Maria Teresa  
934 Viana de Freitas Corujo: "Se realmente for aprovado que a empresa também vai  
935 poder trazer o seu entendimento, então que também se abra a possibilidade de a  
936 sociedade civil trazer o seu entendimento sobre o acordo." Presidente Germano  
937 Luis Gomes Vieira: "Eu acho que o que tem que se pautar aqui não é o  
938 entendimento sobre o acordo – o acordo está posto –, mas o que está sendo feito  
939 em execução ao acordo. Só contextualizar o conselheiro Mauro. Como estava no  
940 item de pauta, o doutor Onofre fez a exposição com as razões que levaram à

941 celebração do acordo. Depois houve discussões aqui dos conselheiros, e,  
942 inclusive, a conselheira Dalce questionou sobre qual teria sido a participação do  
943 MP do Estado. Na sequência, o conselheiro Eduardo solicitou que o assunto  
944 retornasse na próxima reunião dada a ausência do MP até este momento, e  
945 também do MPF, um convite formal para eles estarem presentes. E eu também  
946 me propus a apresentar, do ponto de vista funcional do acordo, como tem  
947 acontecido, através do Comitê Interfederativo e das Câmaras Temáticas,  
948 sobretudo a questão da segurança das estruturas de contenção de rejeitos.” Então  
949 nós vamos voltar com esse assunto na próxima reunião plenária, mas fica  
950 franqueada a palavra. Se o senhor quiser fazer alguma consideração agora, nós  
951 aproveitamos para densificar a discussão na próxima reunião.” Conselheiro Mauro  
952 da Fonseca Ellovitch: “Primeiramente, eu gostaria de pedir desculpas a todos os  
953 meus colegas conselheiros. Teve uma falha de comunicação dentro do MP, e eu  
954 estava em outra audiência, na Justiça Federal, e em razão disso eu acabei me  
955 atrasando. Eu também não vou ser indelicado de chegar agora, ainda mais que o  
956 doutor Onofre saiu, sem a presença dele, tecer as críticas que nós já tecemos  
957 publicamente ao acordo. Todo mundo já viu diversos representantes do MP  
958 falando que o acordo é extremamente genérico, que é muito melhor para uma  
959 blindagem das empresas do que para, efetivamente, garantir medidas concretas  
960 de recuperação. O que eu vou colocar, falando em efetividade dessas medidas e  
961 falando em uma realidade de quem está trabalhando todos os dias com esse  
962 caso, de quem está indo in loco, de quem está acompanhando o que está sendo  
963 realizado, é que, pelo menos na área ambiental, que é a área que me toca, as  
964 ações da Samarco são incipientes, ineficientes e não mostram uma proatividade  
965 na resolução desse que é o maior dano ambiental da história do Brasil. Sem entrar  
966 no mérito do acordo, o fato é que, passados sete meses do rompimento, nós não  
967 temos a recuperação efetiva de nenhuma área, e o que nós vemos é uma  
968 perspectiva de a empresa de buscar soluções mais baratas para estabilização do  
969 impacto ao invés de sua reparação, seja por meio de ações paliativas, como  
970 construções de diques, seja por meio de plantio de gramíneas e leguminosas para  
971 dar uma impressão de reestabelecimento das funções ecossistêmicas em cima de  
972 3 m, 4 m de lama acumulada. Até hoje a empresa não tem um local para dispor,  
973 não tem um projeto de retirada de quantidade nenhuma de lama. A situação de  
974 Candonga, impactada pelo carreamento desses rejeitos, é crítica, e levou o  
975 Ministério Público, a Samarco, a AGE a trabalharem numa intensidade muito  
976 grande nas últimas semanas para viabilizar medidas emergenciais de retirada de  
977 lama. Então a questão está muito longe de ter chegado a alguma solução com  
978 esse acordo. Infelizmente, o que nós vemos é uma falta de comprometimento com  
979 efetividade, especialmente na seara ambiental. Eu acho que vai ser produtivo a  
980 apresentação na próxima reunião, não só com a presença do MPF. Eu acho que,  
981 quando a Teca fala em trazer os atingidos, talvez até ver a questão da efetividade  
982 das medidas socioambientais. Uma coisa é a Samarco vir e fazer a propaganda  
983 dela, ‘fizemos tantas casas’, a outra é ver com a população impactada: ‘Isso está

984 sendo suficiente, em qual rumo está andando as negociações das indenizações  
985 definitivas, existe uma perspectiva para que isso seja realizado?’ Isso também é  
986 efetividade das medidas. O plano global que a Samarco apresentou de reparação  
987 dos impactos, tanto no acordo quanto para todos os órgãos, não prevê medidas  
988 factíveis. É tudo jogado em ações a longo prazo, em que algumas vão ter mesmo  
989 que ser realizadas, por exemplo, recuperação do rio Doce. Nós sabemos que não  
990 é algo que vai ser feito de hoje para amanhã. Agora, a reparação de impactos em  
991 APPs, em nascentes destruídas, em áreas urbanísticas impactadas já era para ter  
992 sido realizada ontem, e não foi, e não está sendo feita. Nós vemos uma  
993 perspectiva, na verdade, é de estabilização e não de reparação, e isso nos  
994 preocupa muito. Vamos ver qual será o rumo do que vai ser trazido aqui para o  
995 órgão. Eu acho importante facultar a palavra não só à Samarco, às comunidades,  
996 aos representantes dos órgãos ambientais, para trazer uma visão realista do que  
997 está sendo feito. Porque até hoje o que nós temos é muito mais marketing e ações  
998 genéricas do que uma reparação efetiva dos impactos causados. São programas  
999 muito genéricos, e nós não conseguimos ver concretude, nós não conseguimos  
1000 ver uma proatividade da empresa em resolver, em reparar os danos, em trazer o  
1001 mínimo de concretude no que ela se propõe a fazer se ela pretende retomar  
1002 atividades.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Então já fica aqui o  
1003 encaminhamento para os representantes legais da empresa, administrativos, que  
1004 estão presentes. Já externalizar a vocês o convite para que, na próxima reunião,  
1005 estejam aqui presentes para apresentar o contexto do que se pretende com os  
1006 programas socioambientais e socioeconômicos previstos.” Poliana Aparecida de  
1007 Freitas, membro da comunidade atingida: “Eu sou filha de atingido de Bento  
1008 Rodrigues. Comecei com esse movimento popular, porque eu acho muito fácil as  
1009 pessoas virem aqui julgar o acordo, e a realidade de Mariana é outra. Eu até  
1010 gostaria de pedir a todos os conselheiros, a favor ou contra esse acordo, para ir a  
1011 Mariana e ver realmente a situação. Nós temos uma fila do Sine com espera, de  
1012 13 mil e poucas pessoas, de empresa. Mariana é uma cidade sem diversidade  
1013 econômica, só que, quando não tinha a diversidade, tinha o dinheiro entrando em  
1014 caixa, todo mundo achava bonito, e ninguém se preocupou, ninguém de fora foi lá  
1015 ver. Hoje, que tem a lama, todo mundo quer tirar proveito de alguma parte e  
1016 esquece que tem pessoas passando fome. A Constituição é clara, mas no papel  
1017 tudo é bonito. Na vida real lá, tem pessoas que passam fome e estão pedindo  
1018 arroz e feijão, que são uma coisa pequena para alguns, mas lá em Mariana está  
1019 faltando até isso. Eu acompanhei, desde o dia da tragédia eu cheguei a Bento  
1020 para pegar meus pais e meus avós. Eu senti muito com as perdas, porque muitas  
1021 pessoas que morreram nós conhecíamos, porque é uma cidade pequena, e todo  
1022 mundo se conhece. Mas o que eu posso fazer por essas pessoas é rezar, e o que  
1023 nós podemos fazer para quem ficou é recomeçar. Vocês não têm ideia de ver  
1024 cada funcionário com a expectativa de serem mandados embora. Serão mais  
1025 1.200 pessoas sem emprego, sem dar a dignidade para suas famílias. Então é  
1026 muito fácil todo mundo falar e esquecer. Nós temos 20 mil assinaturas aqui de



1027 pessoas que querem a retomada da Samarco. Somos a favor. O grupo se chama  
1028 Justiça, Sim Desemprego, não', porque nós queremos a Justiça. Eu quero que  
1029 todos recebam, eu quero que o ambiente – vai demorar um pouco seja  
1030 reconstruído e fique até melhor. Mas eu acho que cada um tem que colocar a  
1031 cabeça no travesseiro e pegar um dia e ir a Mariana. Todos os comércios estão  
1032 fechados, eu fui mais uma que fechei as portas porque não tive como continuar.  
1033 Agora, sete meses se passaram, e a preocupação a cada dia aumenta. O que  
1034 Mariana vai virar? Nem grama já vai ter para comer. Agora, vocês têm que parar,  
1035 pensar e ver cada um que sofre, porque não adianta pegar a mídia e colocar só os  
1036 que falam mal. Chamem o povo. Eu acho que deveria ter uma pessoa da  
1037 comissão aqui também para esclarecer o que acontece em Mariana. São sete  
1038 pedidos de cesta básica na prefeitura, a saúde não comporta, escolas públicas  
1039 não estão comportando, porque todo mundo está tirando da privada e passando  
1040 para a pública. E aí Mariana vai morrer junto com a lama ou nós podemos  
1041 recomeçar? Então eu queria que vocês guardassem esse relato e  
1042 acompanhassem o grupo. Nós temos páginas com as ações, gravamos que toda  
1043 hora 'ah, Germano está descendo lama'. Nós fomos lá, entramos no dique,  
1044 mostramos que a água está saindo água, sim. Então vamos procurar, vamos  
1045 colocar o pé na lama e ver. É uma coisa que eu costumo sempre falar. E vamos  
1046 agradecer a Deus que isso aconteceu em um momento de tarde, e foram poucos,  
1047 pela proporção; poderia ter tido mais mortes. Mas vamos deixar quantos morrer de  
1048 fome?" Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: "A primeira coisa  
1049 que eu queria reforçar é que, corretamente, foi convidado o advogado-geral do  
1050 Estado para fazer a exposição sobre o acordo, e ele fez, e eu acho que o debate  
1051 foi muito importante. Então eu queria que na próxima reunião fosse mantido o foco  
1052 em torno da questão do acordo, da assinatura, porque isso vai ter grandes  
1053 repercussões. Eu espero que seja para o bem, mas a discussão busca esclarecer  
1054 isso. Então eu reforço o sentido da moção que foi aprovada no sentido do  
1055 Ministério Público Federal, que é quem tem autoridade no caso e questionou o  
1056 acordo, questionou aspectos. Eu queria dizer que, da minha parte, reconheço toda  
1057 a legitimidade no que a representante da comunidade aqui manifestou. Sobre a  
1058 legitimidade não há o que questionar. Aproveito até a presença do Wieland, da  
1059 Seplag, para tomar muita atenção com o que ela falou: pessoas passando fome.  
1060 No meu entendimento, isso é responsabilidade da Samarco e da Vale, e eles têm  
1061 que resolver isso imediatamente. A Samarco não tem o direito de transformar uma  
1062 cidade em refém e tem que se responsabilizar pelo que fez. Eu quero deixar bem  
1063 claro: o Conselho é legítimo para tomar as decisões, então é legítimo para  
1064 quaisquer decisões. Isso também precisa ficar claro. E eu gostaria que o governo  
1065 levasse muito a sério todas as questões que envolvem essa situação, porque digo  
1066 que não é um caso isolado, e essa sequência de eventos que ocorreram em  
1067 outros municípios, com outras atividades, tem que ter uma solução que seja  
1068 adequada do ponto de vista social, econômico e ambiental. Eu acho que a tarefa é  
1069 gigantesca, mas deve ser cumprida." Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: "Eu

1070 confiro também total legitimidade da população, nós estamos os anseios, a  
1071 situação econômica de Mariana, que realmente é preocupante. Com certeza, nós  
1072 não podemos esquecer o aspecto social, os impactos econômicos causados por  
1073 tudo o que aconteceu. Agora, nós também temos que ter, na minha opinião, uma  
1074 perspectiva diferente. O problema, o vilão, quem fez errado, quem está fazendo  
1075 errado não é o Estado ao requisitar todas as garantias para que a empresa possa  
1076 voltar a operar, requisitar que ela repare, minimamente, os impactos, que ela dê  
1077 garantia de sustentabilidade ao empreendimento dela, analisar com cuidado os  
1078 projetos que forem apresentados. Isso é função do Estado. Quem está errado é  
1079 quem causou o rompimento, quem causou essa situação toda de calamidade. Não  
1080 vamos inverter as situações aqui. Mariana não deveria ter sido colocada nessa  
1081 posição, a cidade inteira não deveria ficar dependente de um único  
1082 empreendimento. Porque, de repente, se ela resolve sair, se dá crise no preço do  
1083 minério, vai virar desemprego, vai virar desespero novamente. Tudo bem, a  
1084 situação já está aí, nós temos que reagir diante da realidade. Mas também um  
1085 grande fator dos desastres é nós aprendermos com eles e mudar. Então nós  
1086 também não podemos querer que Mariana continue desse jeito dependendo  
1087 somente da Samarco, da Vale ou de qualquer outra empresa. Nós temos que  
1088 aproveitar esse desastre para trazer novas perspectivas para Mariana. Esse é um  
1089 dos grandes pontos do Ministério Público e faz parte de todas as ações e dos  
1090 termos que nós temos proposto para as empresas. Como medida de reparação do  
1091 desastre socioambiental que ela causou, que ela trabalhe na diversificação das  
1092 atividades econômicas e na sustentabilidade econômica de Mariana. Mariana tem  
1093 que ser capaz de viver. Mariana tem que ser capaz de viver independente da  
1094 Samarco, independente de quem quer que seja. Então essa é uma briga  
1095 importante. Nós temos que ter uma perspectiva de não sermos usado. Nós  
1096 entendemos a urgência de Mariana voltar a ter o fluxo econômico que tinha, mas  
1097 também tem outros mecanismos que não sejam pressionar por uma operação  
1098 irresponsável sem todos os cuidados. Por exemplo, por que o poder público  
1099 executivo, União, Estado, município não endureceram para que a Samarco, como  
1100 compensação do desastre que ela causou, garantisse os serviços públicos  
1101 essenciais de Mariana? Mariana não pode ficar sem hospital, sem escola, vocês  
1102 que estão ali não podem ter sua criança colocada na situação de que 'a Samarco  
1103 precisa funcionar amanhã porque senão o meu filho não vai estudar'. Isso é  
1104 desumano, não poderia estar acontecendo assim. Até quando nós vamos viver  
1105 desse jeito? Nós não temos que aproveitar essa situação, que é terrível, para  
1106 mudar, para trazer novas perspectivas para Mariana? Eu acho que é isso que nós  
1107 temos que pensar. Vamos retomar a atividade, se for viável, com toda a  
1108 segurança para que não aconteça novamente e que daqui a seis meses vocês  
1109 não estejam desesperados de novo. Ok. Mas vamos também mudar a  
1110 perspectiva, não é simplesmente voltar a funcionar para vocês todos voltarem a  
1111 ser dependentes da Samarco. Vamos voltar a funcionar, mas vamos dar uma  
1112 garantia de sustentabilidade para Mariana, diversificando atividades, investindo

1113 como compensação dessa situação que vocês estão passando hoje para uma  
1114 mudança. Eu entendo tudo o que vocês estão falando, entendo que, pelo que  
1115 vocês estão falando, é completamente legítimo, mas eu peço para vocês também  
1116 conhecerem toda a situação e entenderem pelo que nós estamos lutando. Não é  
1117 para fechar ou abrir a Samarco, é para garantir sustentabilidade ambiental e  
1118 econômica para Mariana, para garantir que vocês não tenham que passar por isso  
1119 nunca mais.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “O secretário Wieland, da  
1120 Seplag, fez contato com a secretária Rosilene, da Sedese, de Desenvolvimento  
1121 Social, para conferir alguma ação que está sendo executada. Então ela solicitou  
1122 que a Poliana passe os contatos, através do Wieland, para recebê-la na Cidade  
1123 Administrativa e verificar alguma questão relacionada a cestas básicas etc.,  
1124 algumas ações da própria Sedese. E eu gostaria que a Secretaria Executiva  
1125 convidasse a secretária da Sedese para que na próxima reunião plenária também  
1126 estivesse aqui para apresentar alguma ação para minimização, mitigação do  
1127 sofrimento dos atingidos.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu só queria registrar  
1128 que o depoimento aqui feito pela Poliana, em nome das pessoas que estão aqui,  
1129 contraria as informações dadas pelo doutor Onofre. Ele falou que todas as ações  
1130 emergenciais no que se refere a atendimento dos atingidos estavam sendo feitas,  
1131 suficientemente. E, no entanto, eles vêm aqui e falam isso. Passa a impressão de  
1132 que o governo do Estado não conhece a situação real do que está acontecendo  
1133 lá, o que é, realmente, inadmissível.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira:  
1134 “Vamos aguardar que essa agenda de desenvolvimento social, que não é  
1135 propriamente da SEMAD, seja levada a cabo pela secretária da área competente.”  
1136 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “De repente, o Plenário do COPAM se  
1137 tornou palco de discussão dessa questão terrível de Mariana. A menos que eu  
1138 esteja enganado, nós temos uma limitação muito grande, conselheiros e Plenário  
1139 do COPAM, em resolver essa parada. E, pelo que eu entendi, o acordo que foi  
1140 narrado pelo representante da AGE não desonera a Samarco, a Vale e a BHP de  
1141 novas responsabilidades pelo acidente. E eu queria sugerir que essa reunião não  
1142 fosse daqui a três meses ou um mês, mas fosse o mais rápido possível, e que  
1143 fosse marcado um tempo maior, começar às 9h da manhã, para se analisar e  
1144 discutir isso tudo.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “A minha fala é mais ou  
1145 menos no mesmo caminho do Carlos Aberto: o acordo não desonera, o acordo  
1146 traz ações que serão desenvolvidas a médio e longo prazos, a curtíssimo, curto,  
1147 médio e longo prazos. O que nós não podemos esquecer aqui dentro – e o doutor  
1148 Mauro falou muito bem – é que a briga é muito importante, mas não pode ser  
1149 paralisante. Nós não podemos querer ter uma pressão para que ela concorde com  
1150 tudo antes de iniciar um processo de recuperação. Nós não podemos ficar desse  
1151 jeito, porque nós temos uma situação como essa. O acordo não impede, não  
1152 desonera a empresa, o acordo é uma forma de iniciar um processo organizado de  
1153 regeneração. E eu volto a dizer: nós não podemos ser céticos com relação à sua  
1154 implementação. Nós temos que apoiar, e, naquilo em que estiver falho, cobrar.  
1155 Porque nós achamos que a empresa tem que ser responsabilizada por tudo aquilo

1156 que ela fez de errado, mas não quer dizer que tem que paralisar. Não pode ser um  
1157 gás paralisante, nós temos que ter um momento de sair dessa inércia, e a inércia  
1158 nos dá um caminho de médio e longo prazos. Querer que se recupere toda a  
1159 bacia em seis meses é impossível, pela magnitude do desastre.” Presidente  
1160 Germano Luis Gomes Vieira: “Conforme os encaminhamentos, nós vamos voltar  
1161 com o assunto na próxima reunião, dentro de uma conotação que por nós foi  
1162 decidida aqui.” **6) MONITORAMENTO EMERGENCIAL DA QUALIDADE DAS**  
1163 **ÁGUAS NA BACIA DO RIO DOCE. Apresentação: Instituto Mineiro de Gestão**  
1164 **das Águas (IGAM).** Regina Márcia Pimenta Assunção, da Gerência de  
1165 Monitoramento da Qualidade das Águas, do IGAM, apresentou ao Plenário do  
1166 COPAM o relatório técnico de acompanhamento da qualidade das águas do rio  
1167 Doce após o rompimento da barragem da Samarco no distrito de Bento Rodrigues,  
1168 em Mariana (MG). Segue síntese das considerações registradas pelo Plenário  
1169 após a exposição pela representante do IGAM. Conselheiro Flávio Pimenta de  
1170 Figueiredo: “Pelos resultados, eu quero até parabenizar. Mas eu fiquei feliz, de um  
1171 lado, porque o rio Doce está se recuperando, pelo que você está mostrando. Mas  
1172 por outro lado eu tenho uma preocupação muito grande, porque nós estamos em  
1173 cima de quase 3 m de lama tóxica. Eu vi que você fez a correlação, no final, com  
1174 as precipitações. Nós estamos passando quatro anos de chuva atípica por causa  
1175 do fenômeno El Niño, com chuvas bem abaixo das normais climatológicas.  
1176 Quando você começou a apresentar, desde turbidez, ‘então está recuperado o  
1177 rio’, porque a tendência está só diminuindo...” Regina Márcia Pimenta Assunção,  
1178 da Gerência de Monitoramento da Qualidade das Águas, do IGAM: “A tendência  
1179 desses parâmetros está diminuindo. Quanto aos metais pesados, não estavam  
1180 nessa onda de lama. O que aconteceu foi o revolvimento do fundo, porque o rio  
1181 Doce já era eutrofizado e vem sofrendo há décadas. Então quando a onda passou  
1182 ela acelerou essa reviravolta do fundo e que trouxe à tona alguns desses metais  
1183 que não particularmente estavam dentro da barragem. Nas análises que nós  
1184 fizemos, nós não detectamos isso. O que está acontecendo realmente é uma  
1185 acomodação e vai acontecer com esses picos de oscilação. Quando chover, pode  
1186 subir um ou outro até que se estabilize. Como foi falado aqui, plantam gramíneas,  
1187 fazem cercaduras com pedras, diques para filtros, para tentar manter a  
1188 estabilidade do que ficou lá, mas nós temos que lembrar que tem 70 milhões de  
1189 toneladas de rejeitos até Candonga. Eu fui lá, acompanhei isso, é muito rejeito em  
1190 cima das árvores, nas margens, nas próprias casas. Tudo que for lavado vai  
1191 descer, então nós vamos ter ainda essas oscilações.” Conselheiro Flávio Pimenta  
1192 de Figueiredo: “É uma crítica construtiva, porque nós estamos com um ‘câncer’,  
1193 que não vai ser curado a curto ou médio tempo. Inclusive, nós temos que pensar  
1194 no rio Doce como um sistema ecossistêmico, não é como um canal. Então nós  
1195 não queremos um canal onde a água seja pura, nós queremos é voltar ao  
1196 ecossistema, aos peixes, à fauna, à flora, e tudo tem uma relação direta com a  
1197 qualidade dessa água. Então enquanto essa lama tóxica estiver ali no fundo,  
1198 aquele equilíbrio daquele ecossistema nós não vamos conseguir. É

1199 interessantíssimo, e eu estou acompanhando, até no Conselho Estadual de  
1200 Recursos Hídricos, a apresentação, e sempre coloco isso. Porque foi discutida, de  
1201 antemão, a necessidade de uma recuperação do rio Doce, discutimos aqui a  
1202 questão de como recuperar, a forma até de ser feito isso, envolvendo recursos  
1203 financeiros, mas eu acho que o ‘câncer’ está lá no fundo. Às vezes é igual carro  
1204 velho, começou a funcionar, e você fala ‘melhorou’, mas na verdade está  
1205 estragado. Então nós temos que analisar isso no contexto geral. E está tendo  
1206 peixe no rio?” Regina Márcia Pimenta Assunção, da Gerência de Monitoramento  
1207 da Qualidade das Águas, do IGAM: “Mais abaixo, nos afluentes, abaixo de  
1208 Governador Valadares ou até um pouco antes, o rio é largo, tem mata ciliar, e já  
1209 se tem notícias de alguns peixes. Agora, nós temos que analisar, e o IGAM está  
1210 dentro desse Conselho Interfederativo que foi criado, Minas e Espírito Santo, e eu  
1211 achei interessante vocês trazerem isso para o COPAM. Tem câmaras técnicas, e  
1212 uma delas é de programas socioambientais e a outra é de programas  
1213 socioeconômicos, e tem um interdisciplinar, em que entram saúde, educação e tal.  
1214 O IGAM está dentro dos programas socioambientais, na segurança hídrica e  
1215 qualidade das águas. A proposta desse comitê é de reuniões quinzenais para  
1216 acompanhamento dessas ações, porque nós chegamos a um impasse. Pelo  
1217 IGAM, nós queríamos que se retirasse todo o rejeito e começasse a reestabelecer  
1218 o leito do rio. Mas como mexer em toneladas de rejeitos? Nós vamos tirar agora e  
1219 causar outra onda? Onde nós vamos colocar todo esse rejeito. Então criou-se o  
1220 impasse. Então a medida foi tentar um paliativo, ‘vamos tentar conter’. Só que nós  
1221 temos que rezar para que essas medidas paliativas realmente deem certo.” Maria  
1222 de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do IGAM: “Em momento nenhum o  
1223 IGAM está dizendo que o rio voltou ao que era antes, até porque, como já foi  
1224 colocado aqui, ele não era com essas características que o conselheiro falou, já  
1225 era um rio que tinha algumas questões de degradação, haja vista a questão de  
1226 não termos efluentes domésticos tratados na bacia. Em nenhum momento foi dito  
1227 que a recuperação está próxima ou que se recuperou, a única função do IGAM  
1228 nesse aspecto, como órgão gestor, é acompanhar esse monitoramento, fazer  
1229 esse monitoramento, o que já fazendo há 19 anos. Nós o intensificamos em face  
1230 desse desastre que aconteceu. Nós fazíamos monitoramento mensal no rio Doce,  
1231 e agora continua quinzenal. Continuamos com uma lente de atenção. Então é  
1232 muito prematuro fazer qualquer tipo de análise. Mas nós temos que analisar à luz  
1233 da legislação. O rio Doce é enquadrado como classe 2. Então nós temos que  
1234 fazer as nossas análises. Então nós fazemos nossas análises baseados no  
1235 histórico que temos de 19 anos e tendo como base o limite da legislação. Nós  
1236 estamos fazendo esse retrato. Em nenhum momento o IGAM está afirmando aqui  
1237 nem dando prazos, porque é totalmente prematuro, para essa recuperação.”  
1238 Regina Márcia Pimenta Assunção, da Gerência de Monitoramento da Qualidade  
1239 das Águas, do IGAM: “Inclusive, dentro da Câmara Técnica de Segurança Hídrica,  
1240 o que se foi levantado dentro do Comitê Interfederativo foi que a meta primária  
1241 dentro dessa qualidade da água seria o saneamento. Então a primeira

1242 preocupação que nós vamos acompanhar dentro dessa câmara são o  
1243 saneamento, onde está a retirada dos esgotos lançados no rio, o desenvolvimento  
1244 e a geração dos aterros sanitários. Então nós estamos acompanhando essas  
1245 ações e vamos vendo o caminho de todas elas.” Conselheiro Mauro da Fonseca  
1246 Ellovitch: “Eu só queria frisar até uma fala sua que revela exatamente o que eu  
1247 falei quando eu estava dizendo sobre o acordo. A senhora falou ‘o IGAM entendia  
1248 como prioritária a retirada desse rejeito e surgiu o problema de não ter aonde  
1249 dispor’. São sete meses desde o desastre, empresa até hoje não apresentou um  
1250 local para dispor lama. Isso é o mínimo do mínimo, é obvio que em algum  
1251 momento ela vai ter que retirar lama. Em sete meses não apresentar uma  
1252 alternativa de disposição dessa lama revela exatamente o que eu falei, é o retrato  
1253 da ineficiência, da falta de priorização da Samarco na reparação desse impacto  
1254 ambiental. Não se buscou um local, não se buscou uma técnica, não se sabe até  
1255 hoje o que se pretende fazer com a lama. É complexo? Não é. Para medidas  
1256 emergenciais, arrumar um local para realização de um aterro adequado para  
1257 disposição desse rejeito. Por que não colocar na cava? Obviamente, porque eles  
1258 pretendem retomar a atividade econômica. Então para viabilizar a atividade  
1259 econômica a Samarco teve pressa, para dispor o rejeito e reparar o dano nós não  
1260 vemos essa mesma pressa. Então vejam que eu não estou fazendo alarmismo,  
1261 não estou falando sem fundamento técnico. A sua própria fala revela isso, uma  
1262 ineficiência, falta de priorização. E eu acho que também revela que, dentro desse  
1263 contexto do acordo, medidas mais efetivas deveriam estar sendo adotadas. Se o  
1264 Comitê Interfederativo já diagnosticou esse problema, por que não adotar uma  
1265 medida? Até quando vocês vão continuar pedindo e implorando para a Samarco  
1266 fazer?” Conselheiro Marcelo Belisário Campos: “O acordo criou o Conselho  
1267 Interfederativo com a missão de acompanhar e aprovar esses projetos, e esse  
1268 conselho lançou mão de câmaras técnicas. São oito câmaras técnicas. Aqui em  
1269 Minas a superintendência do Ibama ficou responsável por coordenar a Câmara  
1270 Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental. Existe uma priorização, o  
1271 acordo não afasta a competência de quem quer que seja, então o Ibama continua  
1272 competente e responsável, assim como a SEMAD, as Suprams. Enfim, todo  
1273 mundo que está dentro do conselho, das câmaras técnicas, as deliberações não  
1274 afastam a questão da competência de cada um. A prioridade, no primeiro  
1275 momento, era entender o evento, o que tinha acontecido, a escala, entender do  
1276 que se tratava aquele material que estava na onda de lama. Uma parte da lama  
1277 era de uma densidade enorme chegando a 4 toneladas por metro cúbico. Então  
1278 fez um primeiro efeito rodo, que levou a água da barragem de Santarém,  
1279 empurrou a água, numa primeira onda, para Candonga. Essa água pode ter um  
1280 sido um dos fatores de revolvimento. No segundo momento, a própria onda de  
1281 lama, muito densa, fez um efeito patrol escavando o leito do rio, modificando até a  
1282 morfologia do rio. E as suas margens, até Candonga, onde ele foi amortecido,  
1283 Candonga resistiu a essa onda. Então os impactos foram de uma magnitude até  
1284 Candonga e de outra magnitude a partir de Candonga. Na questão de priorização,

1285 no primeiro momento, a partir desse evento em curso, restavam estruturas  
1286 remanescentes no Complexo de Germano. Havia a questão de que existia um  
1287 risco iminente de novos rompimentos. Nós tínhamos a barragem de Germano,  
1288 com mais de 100 m de altura, e a onda de rejeitos 'comeu, levou o pé da  
1289 barragem' e ainda tamponou a drenagem de fundo. Então a barragem parou,  
1290 estava em anomalia. E ela ainda, por toda essa altura, é conformada por diques,  
1291 que também estavam com risco iminente de rompimento. Essa foi a primeira ação  
1292 de foco ainda em novembro. Em dezembro, o primeiro dique, de Celinha, ficou  
1293 pronto. Então todas essas obras estão em andamento, e hoje todas essas  
1294 estruturas remanescentes estão estáveis. Nós temos feito acompanhamento  
1295 independente de acordo, mas agora também com o instrumento do acordo, com  
1296 notificações do Ibama, com acompanhamento do Estado, principalmente pela área  
1297 de emergência, mas também por toda a estrutura da SEMAD. Fazendo reuniões  
1298 semanais, desde o evento, reuniões executivas, em que são apresentados o  
1299 status de tudo aquilo que a empresa apresenta, o status de tudo aquilo que os  
1300 órgãos de controle estão acompanhando em campo, a colocação do que está  
1301 sendo planejado e a verificação do cronograma. O primeiro passo do cronograma  
1302 são as estruturas remanescentes. Em julho, a última estrutura remanescente  
1303 ainda fora do fator de segurança, que é o dique de Cela, o cronograma é para  
1304 alcançar o fator de segurança. Outra questão paralela é o controle dos rejeitos  
1305 remanescentes da barragem de Fundão, quer dizer, controlar o evento  
1306 propriamente dito. Isso foi projetado ainda em novembro, e começou-se a  
1307 iniciativa de implantação de uma série de diques, que foram chamados de Diques  
1308 S1, S2, S3 e S4. O projeto era de diques emergenciais para conter, de forma  
1309 emergencial, ainda no período chuvoso, esses rejeitos remanescentes de Fundão.  
1310 Com o rompimento de Fundão, cerca de 3/5 do volume que estava lá dentro foram  
1311 lançados no ambiente, aproximadamente 32 milhões de metros cúbicos. O  
1312 rompimento foi no dia 5, e, a partir do dia 6 de novembro até 18 de fevereiro, mais  
1313 11 milhões de metros cúbicos saíram de Fundão. Hoje, ainda tem lá da ordem de  
1314 13 milhões de metros cúbicos. Enfim, resumindo, os diques S1 e S2 foram  
1315 assoreados. O S3, que tem volume de 2,1 milhões de metros cúbicos, já está mais  
1316 com de 50% assoreados. O Dique S4 não foi executado por questões de  
1317 interferências em Bento Rodrigues e de interesse do patrimônio. O que nós  
1318 sempre colocamos era a necessidade de apresentação de estruturas de  
1319 contenção da totalidade dos resíduos remanescentes. Essas estruturas foram  
1320 apresentadas, sendo uma logo abaixo da barragem de Santarém, uma logo abaixo  
1321 de onde era a barragem de Fundão. Todas juntas elas dão conta da totalidade dos  
1322 rejeitos ainda remanescentes, só que o cronograma é de meados para o final de  
1323 dezembro. O que nós estamos constatando no âmbito dessas reuniões de  
1324 controle e da Câmara Técnica de Rejeitos é que nós vamos chegar ao período  
1325 chuvoso, pelo que está posto hoje, de novo, poluindo e agregando rejeitos ao  
1326 ambiente. Então nós estamos tentando ser indutores de mudança junto com o  
1327 Ministério Público, que é um grande atuante, tanto o estadual quanto o federal.

1328 Então existem prioridades, realmente tem que coisas que estão muito aquém. A  
1329 questão de Candonga, na época do evento, ficou com um assoreamento na cota  
1330 306, e hoje está acima da 312. Quer dizer, está em curso o assoreamento de  
1331 Candonga, agregando risco à própria estrutura. Efetivamente, a dragagem não  
1332 começou até hoje. Infelizmente, nós ainda estamos enfrentando questões  
1333 emergenciais e questões de contenção do evento. Nós, efetivamente, ainda não  
1334 partimos para a recuperação, tem mais de 2.000 homens em campo, da Samarco,  
1335 trabalhando. Por muitas vezes, nós até trouxemos especialistas para identificar se  
1336 a Samarco estava envidando seus melhores esforços com as melhores técnicas.  
1337 Tudo pode ser melhorado, mas, para o período, acredita-se que existem muitos  
1338 erros, e o maior pode ser a questão das trapalhadas em Candonga. Mas nós  
1339 temos a questão positiva também, que é a questão das estruturas  
1340 remanescentes.” Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Só algumas questões  
1341 até para esclarecer. Quando eu falei de falta de foco e priorização, eu não falei do  
1342 comitê, mas da falta de priorização da Samarco. A Samarco está envidando  
1343 grandes esforços para a retomada de atividade, e muito menos intensos para  
1344 reparação dos impactos. Era isso que eu estava querendo dizer, não uma crítica  
1345 aos órgãos, mas uma crítica ao gerenciamento da reparação pela Samarco. A  
1346 crítica a que eu acho que até a tua fala fez coro. Nós temos, efetivamente, zero de  
1347 medidas de reparação do impacto ambiental causado. Eu entendo uma  
1348 necessidade de reparação, de priorização de recursos, principalmente quando  
1349 vem pelo poder público. Também foi o nosso foco. Se for pegar a ordem dos  
1350 termos de ajustamento de conduta que nós celebramos ou das ações que nós  
1351 propusemos, nós partimos dessa lógica. Primeiro, ações emergenciais, garantia  
1352 de recurso para reparação, e depois reparações pontuais, o que nós estamos  
1353 trabalhando até hoje. É importante dizer sobre estruturas remanescentes. Apesar  
1354 de tudo que os órgãos ambientais do Estado e da União fizeram, as ações da  
1355 Samarco eram ações incipientes em relação a essas estruturas remanescentes, e  
1356 foi necessário que nós ajuizássemos uma ação civil pública para isso. Meses após  
1357 o acidente, eles não tinham estudo de dam break novo, não sabiam nem o que  
1358 podia acontecer se rompesse Germano. Nós precisamos entrar com uma ação  
1359 civil pública, com multa diária de R\$ 1 milhão, para tornar isso uma realidade. Em  
1360 relação também às estruturas remanescentes, não tinha sido feito simulado com a  
1361 população, mesmo depois de tudo isso. Foi preciso que nós ajuizássemos uma  
1362 ação civil pública para que isso saísse. Então é horrível, vocês não querem, e nós  
1363 também não queremos. Para mim, no melhor dos mundos, a Samarco estaria  
1364 cumprindo o seu slogan e fazendo o que deve ser feito. Mas ela não faz, e  
1365 demanda que nós tenhamos que ficar ajuizando ações o tempo todo para garantir  
1366 que isso seja feito. Isso tem que ser falado, as pessoas que vêm aqui pedir  
1367 retomada da Samarco têm que saber que isso está acontecendo. Porque nós não  
1368 estamos falando de uma empresa de fundo de quintal, como vocês mesmos  
1369 falaram aqui. Nós estamos falando de uma empresa que é controlada por duas  
1370 das maiores mineradoras do mundo, com acesso a recursos bilionários,



1371 trilionários. Então não é falta de recurso, é falta de investimento, falta de  
1372 priorização, falta de efetividade nas mesmas medidas. Eu até fico contente com a  
1373 sua fala, com a fala do IGAM, porque reforçam uma conclusão que nós já  
1374 vínhamos tendo nos nossos inquéritos.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira:  
1375 “Eu compreendi que não houve uma crítica ao Ibama, aos órgãos, nem ao  
1376 Conselho Interfederativo, mas eu posso dar um depoimento. Eu estive na primeira  
1377 vez no conselho representando o Estado de Minas Gerais e pude notar que havia,  
1378 naquela ocasião, inclusive, por tantas demandas que têm chegado ao Comitê  
1379 Interfederativo, também uma falta de priorização do que exigir para a Samarco.  
1380 Então naquele momento nós aprovamos outro requerimento à Samarco para que  
1381 priorizasse a segurança da estrutura e a contenção dos rejeitos. Inclusive, para  
1382 evitar que no período chuvoso tenha mais carreamentos de rejeitos lá para baixo.”  
1383 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Priorizar é uma coisa, agora nada  
1384 impede que faça outras ações paralelas. Priorizar uma reparação impede de  
1385 contratar uma equipe de especialistas para achar um local para disposição de  
1386 rejeitos? Uma empresa que tem acesso a bilhões não consegue contratar uma  
1387 equipe técnica de especialistas para achar um local e uma medida correta para  
1388 disposição desse rejeito? Isso dá para ser feito em paralelo. Priorizar a contenção  
1389 não significa que não possa e não deva adotar outras medidas de reparação que  
1390 ela já podia e já devia estar exercendo. Até porque as coisas são conexas. Se já  
1391 tivessem medidas de retirada desse rejeito e de disposição adequada, o risco de  
1392 carreamento não só das estruturas remanescentes, mas no período chuvoso, e o  
1393 risco do rompimento de Candonga seriam muito menores. A urgência na  
1394 construção dos diques seria muito menor. Então uma coisa não exclui a outra. A  
1395 Samarco precisa fazer mais, investir mais. Não está sendo suficiente.” Presidente  
1396 Germano Luis Gomes Vieira: “Na câmara técnica se chegou até a discussão do  
1397 local de disposição de rejeito ou de técnica adequada?” Conselheiro Marcelo  
1398 Belisário Campos: “Eu quero fazer coro à questão que o promotor está aqui  
1399 colocando. Realmente, nós entendemos da mesma forma. Tem a questão, por  
1400 exemplo, de todo o trecho do Gualaxo, que está muito aquém das expectativas e  
1401 atrasado. As ações de contenção, como o senhor disse, estão muito mais fortes  
1402 do que qualquer ação de recuperação. Hoje, por exemplo, não tem a análise  
1403 geoquímica dos rejeitos de local nenhum, a não ser da fonte, que era um  
1404 ambiente que eles já dominavam. Então, por exemplo, todos os rejeitos que estão  
1405 sendo retirados de Barra Longa estão sendo colocadas, de maneira adequada,  
1406 em um aterro padrão, aí, sim, todo controlado, só que não sabemos a  
1407 caracterização daquele rejeito. Será que vai ter que ser retirado de lá? Então tem  
1408 uma série de diques também previstos para o Gualaxo, que são ações de  
1409 contenção. E não tem a segunda fase. Vai conter e colocar aonde, vai deixar  
1410 dentro do rio? É um dos aspectos de discussão, por exemplo, do dique S4, que é  
1411 uma expansão dos impactos. Especificamente, tem alguns locais onde se mais  
1412 discute hoje locais de disposição de rejeitos: a barragem de Candonga, onde vai  
1413 ter da ordem de 10 milhões de metros cúbicos. Terá ali uma dragagem de muitos

1414 e muitos anos. Tem uma dragagem inicial da ordem de 900 mil ou 1 milhão de  
1415 metros cúbicos, que visa à reabilitação da usina. Existem áreas de deposição já  
1416 implementadas para 450 mil metros cúbicos e uma gama de novas áreas em  
1417 estudo para dar conta dessa disposição necessária em Candonga.” Conselheiro  
1418 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Uma adesão e duas perguntas. A  
1419 adesão é no que a companheira falou: rezar para darem certo as medidas  
1420 paliativas. Na semana passada, na GloboNews passou um programa – e eu quero  
1421 saber se, na sua opinião, é alarmismo ou não – mostrando centenas de famílias  
1422 em Governador Valadares que não têm coragem de tomar água, mesmo  
1423 passando o tratamento. Isso é alarmismo das pessoas? Se você for lá, você toma  
1424 da água?” Regina Márcia Pimenta Assunção, da Gerência de Monitoramento da  
1425 Qualidade das Águas, do IGAM: “Eu estive em Governador Valadares por duas  
1426 vezes e na primeira vez eu vi filas de dois, três quarteirões, com as pessoas  
1427 esperando a água mineral. Na segunda vez, houve a dúvida das pessoas, que  
1428 ligavam para o IGAM. ‘Posso beber da água, está tóxica?’ Nós ligamos para a  
1429 Copasa, na época, e nos informamos como é feito o tratamento da água. Essa  
1430 análise que eu mostrei aqui é da água bruta do rio. O que fazem para tratar a  
1431 água lá? Eles captam essa água com esse perfil, que passa por um pré-  
1432 tratamento antes de ir para a Estação de Tratamento de Água. Então fazem  
1433 centrifugação, acidificação, e vai para essa estação de tratamento. Isso foi um  
1434 técnico da Copasa explicando para também podermos responder às pessoas que  
1435 vêm nos questionar. Aí essa água é avaliada dentro do padrão de potabilidade. E  
1436 foi confirmado que a potabilidade está ok., que se pode beber dessa água, que ela  
1437 é potável. Em uma reunião com o secretário, a prefeita de Governador Valadares  
1438 queria que continuasse o abastecimento com água mineral, e parece que a  
1439 Samarco ganhou essa possibilidade de interromper o abastecimento com essa  
1440 água. E o secretário apoiou. ‘Se está dentro da potabilidade, se nós temos uma  
1441 empresa afirmando, assinando, que aquela água é potável, nós temos que tirar  
1442 também essa carga da Samarco’. A água tem um gosto estranho, um gosto  
1443 ferruginoso, mas está dentro dos padrões.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes  
1444 do Nascimento: “Eu não vou questionar a sua explicação, mas, da minha parte, eu  
1445 não vou considerar irrelevante o gosto, que você falou, ‘meio esquisito’, e vou  
1446 continuar indo lá e tomando água mineral. A segunda pergunta é a seguinte: você  
1447 falou que o entendimento do IGAM era pela necessidade da retirada?” Regina  
1448 Márcia Pimenta Assunção, da Gerência de Monitoramento da Qualidade das  
1449 Águas, do IGAM: “Como analista ambiental, como bióloga, como pessoa que está  
1450 ali trabalhando com a qualidade da água, seria o essencial, seria o certo, retirar  
1451 esse rejeito. Só que nós também temos a compreensão de que retirar esse rejeito  
1452 vai causar outro revolvimento, outra onda, e é muito rejeito. Eu fui a áreas logo  
1453 após em Gualaxo do Norte, Bento Rodrigues, Paracatu, e tem uma altura de mais  
1454 de 1 metro de rejeito em uma extensão de 50 metros para cada lado. Então não é  
1455 chegar e dar uma pazada de trator e levar lá para trás, não é assim. E toda a  
1456 margem, do Gualaxo do Norte até o rio do Carmo, passando por Barra Longa,

1457 está com processo erosivo, e o restinho de água que está passando ali vai  
1458 lavando a margem, e está descendo todo esse rejeito. Então precisa realmente ter  
1459 uma tecnologia, e não nos foi apontada, e nós também não queremos, na  
1460 insegurança, falar 'nós queremos isso'. Nós queremos com segurança, com  
1461 tecnologia, com certeza de que não vamos causar outra onda, outra avalanche  
1462 que vai lá à foz novamente." Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do  
1463 Nascimento: "Está perfeito. Eu só acho que precisa dar uma consequência muito  
1464 clara a esse entendimento, 'acho que deve ser feito de tal forma, depende de tal  
1465 tecnologia etc., ou a definir, ter segurança para a retirada e tal'. Eu estou falando  
1466 que vocês do IGAM, do poder público, têm que ser muito meticolosos e tomar  
1467 muito cuidado com as manifestações, com as determinações. Porque se amanhã  
1468 dá errado o sujeito vai à imprensa falar que é culpa do órgão ambiental. Por  
1469 último, eu achei muito importante a exposição do superintendente do Ibama. O  
1470 que eu sinto falta, e imagino, inclusive, por exemplo, que as pessoas que estavam  
1471 aqui e que, legitimamente, querem o emprego. É um turbilhão de informações e de  
1472 contrainformações. Quem tem a acuidade de ler jornal, por exemplo, pode ver  
1473 uma manifestação do Ministério Público ou mesmo uma manifestação sua, na  
1474 semana passada, no 'Estado de Minas', me parece, do Ibama, e imediatamente,  
1475 na mesma matéria, retrucaram pela Samarco. 'Estamos fazendo tudo...' Então  
1476 nesse turbilhão eu acho que cabe a SEMAD, como o IGAM, a FEAM, ser muito  
1477 transparente e clara nas informações. Porque vão dizer assim: 'Nós temos que ser  
1478 orientados, nós temos que ser esclarecidos'. E o próprio Ibama também. É igual o  
1479 promotor fala, passaram sete meses, e ainda não quiseram determinar, arrumar  
1480 um lugar para colocar o rejeito de maneira adequada. Eu deixo essa demanda no  
1481 sentido de que nós precisamos receber informações claras e transparentes sobre  
1482 o processo como um todo, porque é um processo longo, e uma questão dessas  
1483 não se resolve em dois meses, três meses. Ninguém tem essa visão aqui.  
1484 Inclusive, para a definição das prioridades e do foco. Quais são os focos, o que é  
1485 prioritário? Senão o processo vai ser atropelado." Maria de Fátima Chagas Dias  
1486 Coelho, diretora-geral do IGAM: "Dentro da nossa expertise e da nossa atribuição  
1487 institucional, nós estamos nos posicionando somente sobre a qualidade da água.  
1488 Evidentemente, que tantos fenômenos climáticos e alterações que resultam na  
1489 lavagem da bacia vão apresentar reflexos na qualidade das águas. Por isso tem  
1490 aqueles picos. Agora, nós não temos a expertise para entrar na questão do rejeito,  
1491 da disposição, das tecnologias. O nosso foco, os nossos posicionamentos têm  
1492 sido dentro da nossa atribuição institucional. Inclusive, no que tange à questão do  
1493 abastecimento público, nós sempre somos instados a falar sobre isso, mas a  
1494 nossa questão é a água bruta que está no corpo d'água. A água que é distribuída,  
1495 a água que é tratada, tem outras vertentes, para a Copasa e os Serviços  
1496 Autônomos de Água e Esgoto. No início, aquela turbidez era muito alta. Se  
1497 alguém apresentar uma tecnologia que diga que retira aquilo, nós não temos  
1498 condição de avaliar. Nós estamos bem presos à nossa atribuição institucional  
1499 nesse sentido, na linha que você até colocou." Conselheiro Eduardo Antônio

1500 Arantes do Nascimento: “Não é, sob hipótese nenhuma, te corrigindo, mas,  
1501 inclusive, respeitando esse marco institucional que você está colocando, o poder  
1502 público não pode se apequenar. Qual é a visão que deve ser encaminhada em  
1503 conjunto pela SEMAD, o IGAM, o IEF e a FEAM? É uma visão que o professor  
1504 Pimenta falou, a visão ecossistêmica. O IGAM não pode ficar também amarrado e  
1505 preso no foco. A manifestação é ecossistêmica, todo mundo junto, porque senão  
1506 também fica difícil para se ter uma visão correta.” Conselheira Maria Teresa Viana  
1507 de Freitas Corujo: “Eu só queria confirmar se eu anotei certo. Ela falou que a  
1508 câmara técnica do Conselho Interfederativo que está tratando a questão da  
1509 recuperação do rio Doce decidiu, como primeiro momento, prioridade à questão do  
1510 esgotamento sanitário. É isso?” Regina Márcia Pimenta Assunção, da Gerência de  
1511 Monitoramento da Qualidade das Águas, do IGAM: “São várias câmaras técnicas,  
1512 e na câmara técnica em que eu estou representando o IGAM eu estou no tema  
1513 ‘segurança hídrica e qualidade das águas’. Nesse tema, foram abordados o  
1514 esgotamento sanitário – com apresentação até de alguns prefeitos que já têm um  
1515 projeto para o tratamento do esgoto, que será coordenado e apoiado pela  
1516 Samarco – e os aterros sanitários. Eles têm um prazo, uma meta de cinco anos  
1517 para estabelecer isso para todos os municípios.” Conselheira Maria Teresa Viana  
1518 de Freitas Corujo: “Nesse âmbito da segurança hídrica e qualidade das águas,  
1519 não foi considerada ainda como prioritário, por exemplo, a questão de garantir que  
1520 cheguem ao rio Doce, a essa bacia, águas com capacidade, tanto em qualidade  
1521 quanto em quantidade, quanto em termos da biota aquática, matriz de espécies,  
1522 de modo a garantir essa recuperação?” Regina Márcia Pimenta Assunção, da  
1523 Gerência de Monitoramento da Qualidade das Águas, do IGAM: “Na análise que  
1524 eles fizeram, a poluição das águas nunca se restringiu a esse rejeito que está lá,  
1525 já existia outro fator poluidor, que são os esgotos e até chorume de lixões que  
1526 estão distribuídos em todos os municípios. Então levantou-se a questão, ‘nós  
1527 vamos agora plantar uma mata ciliar, nós vamos fazer um peixamento?’. Mas  
1528 como, se as águas já estão com alta DBO e outros fatores?” Conselheira Maria  
1529 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu estou perguntando sobre algum  
1530 encaminhamento para, enquanto todo esse processo da recuperação – que vai  
1531 ser longo – estiver acontecendo, salvaguardar que os lugares que fornecem água,  
1532 os cursos d’água que fornecem água para o rio Doce, com qualidade, tanto em  
1533 termos da biota aquática quanto da água em si, não tenham impactos. Ou, por  
1534 exemplo, outorgas dadas em grandes volumes que diminuam essa quantidade de  
1535 água, ou empreendimentos de grande porte que impactem as águas de recarga.  
1536 Porque, falando numa visão sistêmica, isso é imprescindível, então isso é  
1537 prioritário. Como você está ao nível de Minas Gerais na parte de gestão também,  
1538 de certa forma, nesse mesmo sentido, eu espero que isso seja levado.” Regina  
1539 Márcia Pimenta Assunção, da Gerência de Monitoramento da Qualidade das  
1540 Águas, do IGAM: “Nessa reunião, estavam presentes o pessoal da Copasa e  
1541 também um servidor que trabalha com a área de outorgas. Inclusive, foi levantada,  
1542 para municípios que captam diretamente do rio Doce, a possibilidade de fazerem

1543 poços artesianos. Tem várias ações paralelas acontecendo, por temas das  
1544 câmaras técnicas.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Por último,  
1545 eu considero importante – aí tem que ser junto com o DNPM e com a FEAM – o  
1546 acompanhamento das demais estruturas de rejeito na bacia do Doce para que,  
1547 nesse meio tempo, não tragam mais impactos. O total de rejeitos que tem na  
1548 bacia do Doce, a partir da planilha do DNPM, atualizada em novembro, é de cerca  
1549 de 1.525 milhões de metros cúbicos de rejeitos, o equivalente a 30 barragens de  
1550 Fundão. Então, na visão sistêmica é fundamental que essas outras questões,  
1551 mesmo que não apareçam como emergenciais, estejam contempladas. E eu não  
1552 estava falando só de água que é captada no rio Doce, porque uma bacia  
1553 hidrográfica em um rio não é feita de água de chuva do nada, é feita de cursos  
1554 d’água de toda a bacia, que chegam ao rio. Eu estou falando nesse âmbito.”  
1555 Regina Márcia Pimenta Assunção, da Gerência de Monitoramento da Qualidade  
1556 das Águas, do IGAM: “Existem pessoas da FEAM, do IGAM e do IEF também  
1557 nessas câmaras aportando todas essas questões em paralelo.” Diogo Soares de  
1558 Melo Franco, presidente da FEAM: “Nós estamos agora em plena campanha de  
1559 fiscalização das barragens, a FEAM já iniciou isso desde o mês de abril, e a nossa  
1560 meta é 250 barragens neste ano; somente a FEAM. E estamos trabalhando junto  
1561 com a Defesa Civil e o Crea, em um termo de cooperação, para operações  
1562 especiais com foco em áreas que tenham efeito sinérgico cumulativo mais intenso.  
1563 A bacia do Doce tem alguns desses locais, principalmente na região de Ouro  
1564 Preto e Mariana, mas também a do Velhas e do Paraopeba. São as três bacias  
1565 que têm mais esse tipo de situação. Nós temos também agora as nossas  
1566 ferramentas de acompanhamento de campo, com fichas de inspeção, até para dar  
1567 mais padronização, e estamos agora observando alguns critérios que nós não  
1568 observávamos anteriormente, no sentido de dar mais segurança. Na medida em  
1569 que esse trabalho for evoluindo, nós vamos trazer aqui recortes periódicos para  
1570 vocês terem conhecimento dessa situação.” Conselheiro Wagner Soares Costa:  
1571 “Eu não tenho condições de dizer se a empresa está procrastinando ações ao  
1572 apresentar um processo. O que eu sei é que ela está dentro de um procedimento,  
1573 que está sendo fiscalizado e acompanhado por diversas entidades, e que a  
1574 priorização muitas das vezes não tem sido dela, tem sido dessas entidades e de  
1575 que está coordenando esse processo. Mas, pela magnitude do problema, sete  
1576 meses não é nada. Começa-se a organizar o pensamento depois de um ano.  
1577 Entra uma dúvida aqui, e a Regina muito bem explanou: eu não quero rezar, eu  
1578 quero ter certeza que os técnicos que estão lá nesse comitê tenham condições e  
1579 capacidade técnica de verificar técnicas alternativas ou a retirada total. Essa  
1580 dúvida de retirar tudo agora não é nem sobre uma nova onda, mas se aonde eu  
1581 for colocar isso eu não estou causando outro impacto, em outro local, em outra  
1582 coisa. Então há uma necessidade de amadurecimento técnico da ideia, porque  
1583 atuar numa questão como essa, de tão grande magnitude, sem analisar todas as  
1584 possibilidades técnicas possíveis, eu acho que é uma temeridade. Então eu não  
1585 quero rezar. Talvez, eu vá rezar para iluminar a mente dos técnicos, para que eles

1586 tenham condições de estabelecer a melhor tecnologia. Porque todos nós  
1587 queremos a recuperação do rio.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Mas  
1588 quem tem que propor as tecnologias é a empresa.” Conselheiro Wagner Soares  
1589 Costa: “Sim, mas eu acredito que deva ter um cronograma. Pelo que eu vejo, a  
1590 contenção, num primeiro momento, é primordial. Porque de que adianta tirar de lá  
1591 hoje se amanhã desce tudo de novo? Não adianta nada, eu tiro hoje, e desce  
1592 tudo. Pelo que eu tenho acompanhado, estão estudando uma forma de  
1593 desassorear Candonga permanentemente. Estão até pensando em uma barragem  
1594 filtrante a 150 metros, estão estudando aonde vão jogar o resíduo. Tudo isso são  
1595 estudos, porque não existe hoje uma técnica de prateleira, que eu chego à  
1596 prateleira e falo ‘essa técnica é perfeitamente aplicável’. Não existe, pela  
1597 magnitude do problema. Se fosse um problema menor, provavelmente, já teria  
1598 uma tecnologia de prateleira. Mesmo com uma tecnologia de prateleira, precisaria  
1599 de seis meses, sete meses, para construir o equipamento daquela tecnologia para  
1600 ser aplicada. Então, doutor Mauro, eu tenho a mesma angústia do senhor. Está  
1601 demorando? Parece que está demorando, eu também acho. Essa angústia é a  
1602 minha. Mas, veja bem, são engenharias, são projetos de engenharia, são  
1603 engenharias de equipamentos que deverão ser construídos, porque a magnitude  
1604 foi muito grande, e não tem tecnologia de prateleira. A responsabilidade de vocês  
1605 nesse comitê, aí eu rezo para que tenham capacidade técnica e discernimento  
1606 para achar o melhor caminho. Eu rezo por eles, porque a responsabilidade deles  
1607 perante o doutor Mauro aqui é muito grande. E a fala do doutor Mauro é incisiva e  
1608 forte. E, quando ele fala dessa forma, eu tenho confiança nesse grupo, e ele tem  
1609 que ser assertivo, junto com a empresa. Porque, se ela não for assertiva na  
1610 mesma resposta que ele, o senhor tem todo o direito, toda a obrigação de abrir  
1611 inquérito e processar, porque aí está procrastinando, efetivamente. Mas se estiver  
1612 dentro de um cronograma, que tem uma equipe dizendo a ela qual é a prioridade  
1613 para apresentar seus estudos, e ela não estiver cumprindo, aí o senhor tem todo o  
1614 direito; direito, não, obrigação. É por isso que às vezes eu fico aqui sentado e  
1615 ouvindo as pessoas e fico angustiado de ver as colocações, porque eu também  
1616 não vivo o dia a dia, e quem vem aqui falar vive o dia a dia. E eu tenho que  
1617 acreditar nessas pessoas que falam aqui do dia a dia, pois elas vivem o dia a dia.  
1618 Por isso que eu respeito a sua opinião, doutor Mauro, porque o senhor está  
1619 vivendo lá. Por isso que eu respeito a opinião da Regina, porque ela está vivendo  
1620 o problema. Por isso que eu respeito a opinião do Marcelo, porque ele está  
1621 vivendo o problema. E eu, não, eu estou ouvindo. E aí estou junto com meu guru  
1622 lá na ponta, precisamos comunicar, colocar tudo isso aqui para a imprensa, e  
1623 trabalhar a imprensa para que não publique só aquilo que é de ruim, aquilo que eu  
1624 estou imaginando que seja péssimo. Mas precisamos também dizer ‘está ruim,  
1625 mas estamos fazendo’. Porque do jeito que se fala parece que está tudo parado,  
1626 parece que está uma coisa paralisante. Mas nós temos coisas prontas. Por  
1627 exemplo, três diques. Foi uma engenharia rápida, uma engenharia imediata, e  
1628 descobriram que os diques não estão sustentando o volume que está descendo.

1629 Aquilo era emergencial, tinha que ser feito. E aí a pergunta: aqueles diques  
1630 contribuíram para reduzir essa turbidez? Contribuíram, com certeza, só que estão  
1631 mal dimensionados para o que deveriam ser dimensionados. Foi a rapidez do  
1632 dimensionamento? Foi falta de estudo, de saber se aquela quantidade que estava  
1633 escorrendo de lá era adequada ou a estrutura criada era adequada àquele  
1634 volume? Ela foi feita porque não se estudou aquele volume? A complexidade  
1635 dessa questão é enorme, nós estamos vivendo uma situação nova, e isso me  
1636 entusiasma muito, porque dessa situação nova vão sair soluções tecnológicas que  
1637 não estavam sendo pensadas antes, porque não se pensava que pudesse  
1638 acontecer algo daquele tamanho. Eu tenho uma expectativa muito grande, e,  
1639 como o doutor Mauro, eu deposito uma confiança muito grande nesse corpo  
1640 técnico que está acompanhando e fiscalizando esse processo. Eu queria que  
1641 aquilo lá fosse resolvido para antes de ontem, mas será que remover é a solução?  
1642 Lá no córrego Rico, em Paracatu, remover foi a solução? Não foi. A remoção  
1643 causou muito mais impacto do que se deixasse aquela coisa parada. Tecnologia  
1644 de remoção, com certeza, tem, mas, de reparação, de mitigação sem remoção, eu  
1645 não sei, temos que estudar. Paliativo, estamos fazendo, fizeram. E não deu certo,  
1646 porque não teve tecnologia pronta. E um problema que surge hoje é que essa  
1647 tecnologia costuma levar 10 a 20 anos até ter a tecnologia correta, testada em  
1648 laboratório, em protótipo, e depois levar para o campo e ter a certeza de que vai  
1649 agir daquela forma. Eu estou angustiado também, doutor Mauro, queria que fosse  
1650 resolvido em sete meses, mas não vai ser. O prazo de 15 anos é uma meta  
1651 razoável, para depois começar a ter a recuperação.” Conselheiro Mauro da  
1652 Fonseca Ellovitch: “Realmente, existem questões mais complexas como, por  
1653 exemplo, a recuperação do rio Doce, e existem questões mais simples para as  
1654 quais já existem tecnologias amplamente conhecidas, como a recuperação de  
1655 uma APP. Tecnologia para minerar em APP tem de monte, para que se consiga  
1656 retirar minério de APP sem carrear material para dentro de curso d’água, existe a  
1657 rodo. Na semana passada, foi aprovada uma na URC. Então o que me dá medo e  
1658 o que eu vejo como realidade da Samarco – eu falo como quem trabalha com isso  
1659 todo dia – é que está jogando tudo na bacia dos 15 anos, quando tem questões  
1660 que podem ser reparadas em três meses, seis meses, um ano e 15 anos. Então  
1661 isso me preocupa, porque eu, provavelmente, não vou estar aqui, e a maioria dos  
1662 senhores também não estarão na URC daqui a 15 anos. E, se deixarmos  
1663 consolidar danos, a perda é da sociedade. Existe a necessidade de adoção de  
1664 medidas mais concretas. É extremamente desagradável para mim, e não sei de  
1665 onde criaram essa concepção de que eu gosto de ser o portador das más notícias  
1666 e de vir aqui brigar com os outros. Eu queria vir aqui para dar boas notícias,  
1667 ‘temos solução de reparação, temos garantias de compensação, de que esse  
1668 dano não vai ficar por isso mesmo, que não vai ficar só no paliativo’. Infelizmente,  
1669 o que nós temos hoje é só o paliativo. O dia em que a Samarco e as suas  
1670 controladoras nos trouxerem mais concretude – não é a solução definitiva, e nós  
1671 sabemos disso – de medidas de reparação, que já deviam estar sendo

1672 executadas, e de medidas de compensação, que até agora não foram sequer  
1673 iniciadas, eu vou ser o primeiro a vir aqui e falar 'a coisa mudou'. Eu torço para  
1674 que mude, se o senhor está rezando pelo Comitê Interfederativo, eu rezo todo dia  
1675 pela Samarco, para que dê uma luz aos seus acionistas de uma mudança de  
1676 perspectiva, de trabalhar com outra lógica, de trazer coisas mais concretas para a  
1677 sociedade, mais proativas. E até num compromisso de buscar reconquistar a  
1678 confiança pública. Então eu vejo caminho, existem soluções, mas todo mundo  
1679 precisa querer. É horrível para todo mundo quando a solução é feita na base do  
1680 empurrão. O melhor seria uma convergência. Quem sabe depois de toda essa  
1681 manifestação os senhores mesmos, que têm essa interlocução muito boa com  
1682 quem tem poder de decisão nessas empresas, pugnem para eles essa mudança  
1683 de paradigma.” Conselheiro Marcelo Belisário Campos: “Sobre a apresentação da  
1684 Regina, eu estou entendendo que foi um relato de como foi o curso de análise de  
1685 qualidade da água ao longo do tempo, e esta melhora está diretamente  
1686 relacionada com a pluviosidade e com a quantidade de água em trânsito na bacia  
1687 agora neste tempo em que nós estamos. Não é?” Regina Márcia Pimenta  
1688 Assunção, da Gerência de Monitoramento da Qualidade das Águas, do IGAM:  
1689 “Tem dois lados. A chuva tanto dissolve, dilui, faz carrear esse sedimento, como  
1690 também carrega. Então tem aqueles picos de alguns parâmetros que foi a chuva  
1691 que causou. E existe a turbidez diminuindo porque choveu e escoou. Então é  
1692 pontual, nós temos que ver parâmetro por parâmetro, não podemos generalizar  
1693 que a chuva é boa ou é ruim.” Conselheiro Marcelo Belisário Campos: “Com  
1694 relação, especificamente, ao impacto da área, a barragem rompida, de Fundão,  
1695 até Candonga, onde está a maioria dos rejeitos depositados, e mesmo a jusante,  
1696 na calha do rio, a expectativa que nós temos é que, com a chegada da chuva, o  
1697 aumento do caudal, aumenta a energia, e esses rejeitos vão ser remobilizados, e  
1698 essa qualidade da água vai cair novamente. E nós só vamos conseguir tratar disso  
1699 ao longo do tempo, em anos. Eu acredito que, quando chegar a outubro,  
1700 novembro, dezembro, nós vamos ver isso. Hoje, nós já vemos isso, por exemplo,  
1701 no tratamento abaixo do dique S3, que sai com água límpida e vai correndo por  
1702 cima de rejeitos. É interessante ver aqui o alto nível dos conselheiros, porque as  
1703 manifestações são todas pertinentes. É um assunto complexo, amplo, e se nós  
1704 formos entrar na discussão nós não sairemos hoje daqui. Eu queria noticiar e  
1705 fazer um convite a todos os conselheiros, à mesa, aos técnicos do sistema. No dia  
1706 22, no auditório do Ibama, nós vamos ter a 2ª reunião da Câmara Técnica de  
1707 Rejeitos e Segurança Ambiental. Um dos temas da câmara é essa questão  
1708 exatamente: nós temos esse esforço todo para recuperar a bacia, e daqui a pouco  
1709 vem outro e estraga tudo. A reunião começa às 10h, na avenida do Contorno, com  
1710 previsão de ir até as 18h. Como comunicação, nós temos um fiel da balança, que  
1711 se chama Barragem Hidrelétrica de Candonga, que já serviu como um divisor de  
1712 impactos ambientais a montante e de impactos ambientais a jusante. Então  
1713 existem ações emergenciais a serem feitas ali, como a dragagem de Candonga,  
1714 que vai remobilizar rejeitos. É necessário que sejam feitas medidas mitigadoras



1715 para isso, mas hoje a barragem de Candonga está totalmente sem água, porque  
1716 qualquer metro de água que ela reserve agrega insegurança à barragem. Então  
1717 fazendo essa dragagem emergencial ela poderia manobrar as suas comportas,  
1718 fazer um controle hidráulico e manter níveis d'água que servissem para o papel  
1719 que ela já fez. Ela deu conta do evento de uma onda de lama de 32 milhões de  
1720 metros cúbicos chegando. Agora, nós temos alguns milhões de metros cúbicos  
1721 colocados a montante de Candonga ou mesmo dentro de Candonga que vão ser  
1722 remobilizados com as próximas chuvas. Se chegando a outubro já estiver com  
1723 essa área que está carregando a barragem dragada essa barragem vai ter  
1724 segurança de fazer o controle hidráulico e servir de um grande dique de  
1725 contenção para sedimentação de rejeitos, de muitas ordens de grandeza maior.  
1726 Nós estamos numa guerra, se perdermos o espaço de batalha, vamos batalhar em  
1727 Candonga, que importante no cenário. Sem esquecer dos outros ataques que são  
1728 importantes. Existem, sim, tecnologias. É necessário fazer essas ações de  
1729 contenção. Esse rejeito tem dois aspectos. Um é o rejeito grosseiro, e o outro é  
1730 um rejeito finíssimo, mais fino do que argila, chega a ser um coloide, um leite.  
1731 Filtra o leite, e continua sendo leite. Isso está dentro da lama. Então, quando se  
1732 revolve, levanta, e é isso que dá a cor puxada para laranja, foi isso que chegou ao  
1733 mar. É carregado eletricamente, não se decanta, então é muito difícil trabalhar  
1734 com isso. E existe tecnologia para tratamento disso.” Presidente Germano Luis  
1735 Gomes Vieira: “Eu gostaria de ressaltar apenas um ponto muito importante, para  
1736 mim, especificamente, porque é a primeira que eu tenho a oportunidade de falar  
1737 diretamente com o Plenário do COPAM, como secretário adjunto. Nós recebemos  
1738 ontem a Samarco novamente aqui para apresentar a sua obra do dique S4. A  
1739 alegação é de inexistência de alternativa locacional para aquele dique.  
1740 Apresentaram qual é o avanço da utilização do dique S3, o volume que já está  
1741 armazenado, a necessidade do alteamento, a caracterização do regime  
1742 emergencial dessa estrutura provisória. E ao final de toda a discussão técnica  
1743 uma das coisas eu pedi a eles eu gostaria de registrar aqui que fiz esse pedido,  
1744 para que vocês sustentem, o setor empresarial, junto à empresa. É que eu queria  
1745 comigo, em nome da Secretaria, e com os meus técnicos, total transparência e  
1746 lealdade nas informações que a empresa venha a nos colocar. Aqui nós não  
1747 temos mais margem nenhuma para errar, então essa transparência nos dados e  
1748 informações e no que está sendo pensado é o que eu vou exigir da empresa. E os  
1749 nossos técnicos esperam isso de nós. Eu acho que nós precisamos restabelecer  
1750 aqui um pacto de confiança. Se não restabelecermos esse pacto, não vamos  
1751 conseguir equacionar esse dano e esse caso. O Ministério Público tem sido  
1752 altamente transparente com as questões que tem colocado, e nós também  
1753 seremos com o Ministério Público e com o Conselho também. Tanto é que estão  
1754 sempre convocados para as reuniões do Plenário do COPAM os dirigentes  
1755 máximos das entidades do Sisema. E eles sabem disso e estarão sempre aqui  
1756 conosco, tanto o IGAM quanto a FEAM e o IEF, para que nós possamos, no intuito  
1757 de valorizar o Plenário, dar as respostas de uma maneira imediata. E eu me

1758 comprometo com vocês junto com a Sedru, porque estamos presentes no Comitê  
1759 Interfederativo, aproveitando aqui, inclusive, alguns técnicos que participam das  
1760 câmaras técnicas deste Conselho, para que em todas as reuniões do Plenário ou  
1761 das câmaras e unidades do COPAM nós tragamos sempre, de maneira  
1762 transparente, o que está sendo discutido e exigido da empresa via Comitê  
1763 Interfederativo. É isso que eu quero me comprometer com vocês, de maneira  
1764 muito leal, muito transparente, da condução desse assunto da Samarco,  
1765 especificamente, e, obviamente, com todos os assuntos da Secretaria em que eu  
1766 estiver presente. E eu queria aproveitar e pedir ao conselheiro (Marcelo Belisário  
1767 Campos) para sempre reportar ao Conselho o que está sendo discutido, a  
1768 evolução, nas câmaras técnicas (do Conselho Interfederativo), para todos sempre  
1769 estarem bem-informados.” **7) RELATÓRIO AVALIATIVO DA RELAÇÃO ENTRE**  
1770 **OS RECURSOS ORIUNDOS DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO MINERÁRIA E A**  
1771 **EFETIVIDADE DA FISCALIZAÇÃO. Apresentação: Secretaria de Estado de**  
1772 **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Subsecretaria de**  
1773 **Fiscalização Ambiental.** Em função do adiantado da hora, a exposição não foi  
1774 realizada nesta sessão, e houve consenso pelo Plenário no sentido de que o  
1775 conteúdo da apresentação deverá ser disponibilizado aos conselheiros e  
1776 eventuais dúvidas serão sanadas na próxima reunião. **8) RESPOSTA**  
1777 **REFERENTE À MOÇÃO Nº 002/2015, APROVADA NA 165ª REUNIÃO DO**  
1778 **PLENÁRIO DO COPAM, REALIZADA NO DIA 16/9/2015. Apresentação:**  
1779 **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.** Em função do adiantado da  
1780 hora, a exposição não foi realizada nesta sessão, e houve consenso pelo Plenário  
1781 no sentido de que o conteúdo da apresentação deverá ser disponibilizado aos  
1782 conselheiros e eventuais dúvidas serão sanadas na próxima reunião. Presidente  
1783 Germano Luis Gomes Vieira: “Fica estabelecido para os conselheiros fazerem  
1784 uma leitura sobre a resposta à moção, e, na próxima reunião, se alguém tiver  
1785 alguma dúvida sobre aquilo que foi colocado no site, o representante da Seplag  
1786 estará presente para esclarecer.” **9) DADOS RELATIVOS AO RECOLHIMENTO E**  
1787 **À APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA TAXA FLORESTAL. Apresentação:**  
1788 **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e**  
1789 **Instituto Estadual de Florestas.** Em função do adiantado da hora, a exposição  
1790 não foi realizada nesta sessão, e houve consenso pelo Plenário no sentido de que  
1791 o conteúdo da apresentação deverá ser disponibilizado aos conselheiros e  
1792 eventuais dúvidas serão sanadas na próxima reunião. **10) ENCERRAMENTO.**  
1793 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Germano Luis  
1794 Gomes Vieira declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

1798 **Germano Luis Gomes Vieira**  
1799 **Presidente suplente do COPAM**